

# Falastrão armou uma nova bomba

# Wassef diz que não contou a Jair para Queiroz não morrer

Pablo Valadares - Câmara



“Tendência é que veto de Bolsonaro à desoneração seja derrubado”, diz Orlando Silva

O deputado federal Orlando Silva (PCdoB-SP) afirmou, na quinta-feira (9), que o veto de Jair Bolsonaro sobre a prorrogação da desoneração sobre parte da folha salarial das empresas foi “pessimamente recebido pelos líderes” e a tendência é de que seja derrubado pelo Congresso. “É uma medida para manter empregos”, explicou no Jornal da Gazeta, entrevistado pela jornalista Denise Toledo. Orlando Silva foi o relator do projeto de conversão da MP 936 na Câmara. **Página 5**

Major Olímpio diz que vai sair se PSL voltar a apoiar Bolsonaro

O senador Major Olímpio (PSL-SP) ameaçou deixar o partido depois da notícia de que a legenda estaria se reaproximando de Jair Bolsonaro. Em mensagem encaminhada no grupo de parlamentares do partido, conforme nota que postou no Twitter, o parlamentar disse ter sentido “vontade de vomitar” com o “flerte” da sigla com o presidente. **Página 3**

STF determina que Bolsonaro proteja índios da Covid-19

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso determinou, na quarta-feira (8), que o governo Bolsonaro adote cinco medidas para evitar o avanço do novo coronavírus e mortes em decorrência da Covid-19 entre a população indígena. Levantamento mostra que a taxa de letalidade pelo vírus entre indígenas é de 9,6%. **Pág. 5**



## Advogado insinua que Bolsonaro preferia ver o arquivo queimado

O advogado da família Bolsonaro apresentou a sua quinta versão sobre a razão de esconder Queiroz. Dessa vez, disse que não contou a Bolsonaro que mantinha Queiroz em sua casa, “para que ele não fosse morto”. Como não é verdade, uma vez que a primeira versão que existiu após a prisão de Queiroz veio exatamente de Bolsonaro - demonstrando conhecimento de causa -, a hipótese que fica é a de que Wassef fez a afirmação para refazer a ameaça sobre Bolsonaro, deixando mais uma bomba armada no colo do presidente. **Página 3**

## Oreiro: “Agenda de Guedes será um desastre na pós-pandemia”



## Empresários protestam contra política ambiental do governo

Em carta encaminhada ao governo, 38 empresários e 4 instituições dos setores da indústria, agrícola e de serviços alertaram para “o impacto nos negócios da atual percepção negativa da

imagem do Brasil no exterior em relação às questões socioambientais na Amazônia”. Eles afirmam “que é necessário adotar rigorosa fiscalização de irregularidades e crimes ambientais na

Amazônia e demais biomas brasileiros”. “Essa percepção negativa tem um enorme potencial de prejuízo para o Brasil, não apenas do ponto de vista reputacional, mas de forma efetiva

para o desenvolvimento de negócios e projetos fundamentais para o país”, diz o documento que foi entregue ao vice-presidente Hamilton Mourão na última sexta-feira (10). **Página 2**

O economista José Luis Oreiro, professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília, afirmou ao HP que “no pós-pandemia o Estado será o único agente capaz de puxar o crescimento”. “Qual é o plano que Guedes tem para o pós-pandemia? Exatamente o mesmo que ele tinha antes da pandemia, ou seja, a agenda privatização-ajuste fiscal-abertura comercial. O problema é que essa agenda não estava dando certo antes da pandemia, por que razão daria certo no mundo pós Covid-19?”, disse. “A economia brasileira sairá da pandemia com uma enorme capacidade ociosa, com uma taxa de desemprego muito elevada e com empresas altamente endividadas. Nessas condições não devemos esperar que o crescimento seja liderado pelo consumo e pelo investimento do setor privado nacional”, alerta o professor. **Página 2**

Governo mostrou irresponsabilidade criminosa, afirma direção do PCdoB

O Comitê Central do partido, reunido por videoconferência na sexta-feira (10) e no sábado (11), aprovou uma resolução analisando que o “Brasil teria condições de enfrentar a pandemia de modo a impedir que ela ganhasse a proporção a que chegou” e que “dezenas de milhares das mortes pela Covid-19 poderiam ter sido evitadas”. “Mas Bolsonaro negou, desde o início, a gravidade da doença, não traçou uma estratégia nacional para enfrentá-la, não aportou ao SUS – que já sofria com corte orçamentário, desmonte de programas importantes, como o mais Médicos –, os recursos financeiros, humanos e os insumos hospitalares indispensáveis”, diz o texto. **Pág. 3**



## OMS: “Por que é tão difícil aos humanos unirem-se contra um inimigo comum que mata?”

O diretor geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, advertiu que a pandemia continua “fora de controle”, mas sublinhou que esta crise sanitária provocada pelo COVID-19 é uma oportunidade única para que haja “solidariedade global e liderança mundial”. **Pág. 6**



# Bolsonaro não tem 4% das assinaturas para fazer partido

## Em carta, empresários protestam contra política ambiental de Bolsonaro

Em carta encaminhada ao governo, 38 empresários e 4 instituições dos setores da indústria, agrícola e de serviços alertaram para “o impacto nos negócios da atual percepção negativa da imagem do Brasil no exterior em relação às questões socioambientais na Amazônia”. Eles afirmam “que é necessário adotar rigorosa fiscalização de irregularidades e crimes ambientais na Amazônia e demais biomas brasileiros”.

“Essa percepção negativa tem um enorme potencial de prejuízo para o Brasil, não apenas do ponto de vista reputacional, mas de forma efetiva para o desenvolvimento de negócios e projetos fundamentais para o país”, diz o documento que foi entregue ao vice-presidente Hamilton Mourão, que preside o Conselho do Amazonas, na sexta-feira (10).

Os executivos de empresas brasileiras e estrangeiras relatam a enorme pressão que estão recebendo do exterior por causa da desastrosa política ambiental de Bolsonaro, de desmatamento, queimadas e ameaças às reservas indígenas, que vem se agravando pela desregulamentação implementada pelo ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Esse declarou, na famosa reunião ministerial do dia 22 de abril, que era preciso aproveitar a pandemia da Covid-19 e “passar a boiada”.

“Nunca fomos tão questionados sobre nossa responsabilidade ambiental, em todos os idiomas, em todos os fóruns. Como temos empresas globais (negócios adquiridos no exterior), nossos porta-vozes nessas companhias em diversos países precisam responder sobre o que está acontecendo na Amazônia”, disse João Paulo Ferreira, presidente da Natura&Co América Latina, holding que une Natura, Avon, The Body Shop e Aesop.

A Suzano, uma das maiores produtoras e exportadoras de celulose do mundo, vê o risco dos crimes ambientais prejudicarem a entrada da celulose brasileiras em outros países.

“Sentimos muitos questionamentos tanto de clientes quanto de investidores. Existe um grupo de stakeholders [acionistas] que, no passado, não se preocupavam muito com isso, mas o nível de interesse no tema [ambiental] se elevou. Muitos investidores estão condicionando a compra de ações e outros papéis das empresas à aderência delas aos melhores padrões”, diz Marcelo Bacci, diretor executivo de finanças da Suzano.

A Marfrig, umas das maiores empresas de carnes do país, e que também faz parte do grupo de empresas que se manifestou junto ao governo, afirmou que dos 16 mil fornecedores da Amazônia, bloqueou 3.500 por alguma irregularidade. E diz que é possível criar gado sem desmatar. “Essa pressão cresceu muito no ano passado e, mesmo com a pandemia, nos últimos cem dias, não arrefeceu”, afirma Paulo Pianez, diretor de Sustentabilidade da Marfrig.

“Acreditamos que o tema vai crescer e, certamente, dificultar a exportação de produtos brasileiros”, diz Pianez. “Nós reconhecemos que há um problema, os números deixam isso claro, e sabemos que tem muito a ver com a ilegalidade”.

Segundo o executivo da Marfrig, há um movimento grande, principalmente das grandes redes de varejo da Europa para pressionar o Brasil e se a política do governo em relação ao desmatamento não mudar e as empresas não se posicionarem, o relação comercial com esses países ficará perdido. “Os avisos estão postos. Cabe às empresas, agora, não deixar que virem realidade”, disse.

### BOICOTE

Recentemente, a subsidiária da Cargill, a Cargill Aqua Nutrition, foi excluída a lista de fornecedores pela Grieg Seafood, uma das maiores produtoras de salmão do mundo, por ligações como o desmatamento ilegal na Amazônia. A Nestlé parou de comprar a soja da brasileira Cargill por não conseguir identificar a origem do grão. As redes varejistas H&M e da VF, dos calçados Timberland e Vans, também sofreu sanções por causa da origem do couro.

“Não há uma empresa que possa ficar imune ao contágio do que está ao seu redor. Você ter que toda hora se explicar inibe o investimento. Você fica perdendo tempo tendo que se defender em vez de fazer propaganda das coisas boas que você faz”, disse Marina Grossi, presidente do CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável), uma das organizações contra o desmatamento e signatária do documento entregue ao governo Bolsonaro.

**Escreva para o HP**  
horadopovo@horadopovo.com.br

**HORA DO POVO**  
é uma publicação do  
Instituto Nacional de  
Comunicação 24 de agosto  
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21  
Liberdade - CEP: 01509-001  
São Paulo-SP  
E-mail: inc24agosto@uol.com.br  
C.N.R.J. 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto  
Redação: fone (11) 2307-4112  
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br  
E-mail: comercial@horadopovo.com.br  
E-mail: hp.comercial@uol.com.br  
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

**Sucursais:**

**Rio de Janeiro (RJ):** IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

**Brasília (DF):** SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

**Belo Horizonte (MG):** Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506

Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

**Salvador (BA):** Fone: (71) 9981-4317

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

**Recife (PE):** Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

**Belém (PA):** Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deus, 140 Curio-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

**Correspondentes:** Fortaleza, Natal, Campina Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

**www.horadopovo.com.br**

# “Agenda de Guedes afundou o país e será um desastre no pós-Covid”

“Qual é o plano que Guedes tem para o pós-pandemia? Exatamente o mesmo que ele tinha antes da pandemia, ou seja, a agenda privatização-ajuste fiscal-abertura comercial. O problema é que essa agenda não estava dando certo antes da pandemia, por que razão daria certo no mundo pós Covid-19?”, alerta o economista José Luis Oreiro

O economista José Luis Oreiro, professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília, afirmou, neste domingo (12), em entrevista ao HP, que “no pós-pandemia o Estado será o único agente capaz de puxar o crescimento”.

“A economia brasileira sairá da pandemia com uma enorme capacidade ociosa, com uma taxa de desemprego muito elevada e com empresas altamente endividadas. Nessas condições não devemos esperar que o crescimento seja liderado pelo consumo e pelo investimento do setor privado nacional”, alerta o professor Oreiro.

**HORA DO POVO** – As medidas tomadas pelo governo até agora para enfrentar a crise são suficientes para superar a queda da atividade econômica, que já vinha antes, mas foi agravada pela pandemia?

**JOSÉ LUIS OREIRO** – Antes de mais nada temos que deixar claro que é impossível evitar a queda de atividade econômica decorrente das medidas de distanciamento social para evitar/retardar o contágio pelo coronavírus, tudo o que o governo pode fazer é (i) reduzir a queda de demanda agregada por intermédio de políticas de transferência de renda para os trabalhadores informais e de manutenção dos empregos e da renda dos trabalhadores formais e (b) socorrer as empresas do setor privado, principalmente as pequenas e médias empresas com crédito a juros baixos e elevado prazo de carência para evitar uma onda de falência de empresas. O programa de renda emergencial, iniciativa do Congresso Nacional, foi bem sucedido em preservar a renda dos trabalhadores informais e das parcelas mais vulneráveis da população brasileira, e precisa ser mantido ao menos até o início de outubro de 2020 para evitar um colapso da demanda agregada no último trimestre do ano. A grande lacuna tem sido o crédito para as empresas PME's. Os programas lançados pelo governo até agora não têm sido efetivos no sentido de proporcionar crédito às pequenas e médias empresas. Teremos um tsunami de falência de empresas no segundo semestre, o que terá um impacto muito negativo sobre o emprego e a renda em 2021.

**HP** – O Estado, em sua opinião, tem condições de puxar o crescimento econômico no pós-pandemia? De que forma?

**JOSÉ LUIS OREIRO** – No pós-pandemia o Estado será o único agente capaz de puxar o crescimento. A economia brasileira sairá da pandemia com uma enorme capacidade ociosa, com uma taxa de desemprego muito elevada e com empresas altamente endividadas. Nessas condições não devemos esperar que o crescimento seja liderado pelo consumo e pelo investimento do setor privado nacional. O setor privado estrangeiro não terá interesse em investir num

país cuja imagem no mundo é a pior possível devido à política ambiental do governo e ao tratamento dado a questões dos direitos humanos. O comportamento negacionista do Presidente da República durante a Pandemia contribuiu muito para piorar a imagem do país no exterior. Nessas condições os investidores estrangeiros, notadamente os investidores institucionais que estão sujeitos a regras estritas de compliance em seus países, não vão colocar um centavo num país que é visto como sendo governado por bárbaros. Sendo assim, ou o Estado brasileiro puxa o crescimento por intermédio de um programa vigoroso de investimentos em infraestrutura ou ficaremos numa situação de estagnação econômica por anos a fio.

**HP** – Como aumentar os investimentos públicos? O governo diz que não pode gastar mais, vai estourar a dívida pública. Alguns economistas defendem o endividamento junto ao mercado financeiro, outros através da emissão de moedas. Qual sua opinião?

**JOSÉ LUIS OREIRO** – Para aumentar os investimentos públicos é preciso abrir espaço no orçamento. Hoje o maior entrave ao aumento do investimento público é a restrição auto-imposta do teto de gastos. Quando a EC 95 foi aprovada em 2016 qualquer pessoa com um mínimo de conhecimento de contas públicas sabia que o mesmo era inviável. Isso porque não faz sentido congelar a despesa primária total em termos reais até 2026 se a despesa previdenciária, mesmo depois da reforma da previdência, cresce 3% a.a. Além disso como a população brasileira cresce 0,8% a.a., congelar a despesa primária em termos reais significa reduzir a despesa primária per-capita. Isso só faria sentido num país em que houvesse um suprimento adequado de serviços públicos (saúde, educação, segurança) e de infraestrutura. Claramente não é o caso do Brasil. Desde 2017 que o crescimento da despesa previdenciária e com os salários dos servidores públicos tem reduzido o espaço para o investimento no orçamento do governo. Os economistas liberais afirmam que a solução é rever as despesas obrigatórias, ou seja, reduzir os serviços públicos ofertados a população por intermédio da redução da jornada de trabalho dos servidores públicos. Cria-se assim um conflito distributivo artificial entre serviços públicos e investimento em infraestrutura que só existe num mundo estático onde os recursos estão plenamente utilizados e onde a capacidade de produção não pode se expandir. O problema é que desde 2014 que a economia brasileira opera com uma enorme capacidade ociosa, a qual será ainda maior depois da Pandemia. Nesse contexto é possível aumentar os gastos com serviços públicos e o investimento em infraestrutura, sem reduzir o espaço para o aumento do gasto do setor privado. O que está impedindo

isso é apenas uma restrição legal que é a EC 95.

Alguns economistas afirmam que o aumento dos investimentos em infraestrutura irá aumentar ainda mais a dívida pública, que será bastante elevada com os gastos necessários para enfrentar a pandemia. Aqui é importante chamar atenção que o valor absoluto da dívida pública não significa muita coisa, o que importa é o tamanho dela com respeito do PIB. A política de austeridade fiscal adotada no Brasil desde 2015 durante a gestão de Joaquim Levy no Ministério da Fazenda, tem impedido um crescimento mais rápido do PIB. Com efeito entre 2017 e 2019 a economia cresceu a um ritmo de 1,2% a.a., valor bastante inferior a média do período 1980-2014 que foi de 2,88%. Esse crescimento anêmico do PIB faz com que o denominador da relação dívida pública/PIB cresça muito devagar, o que contribui para manter a relação em patamares elevados. A solução para reduzir o endividamento do setor público é acelerar o crescimento da economia brasileira, e um programa bem executado de investimentos em infraestrutura tem o potencial de fazer isso. Como a economia brasileira irá manter uma elevada capacidade ociosa e alto desemprego até 2023 ou 2024, a inflação deverá seguir bem comportada de maneira que a taxa de juros poderá seguir em patamares baixos durante muitos anos. Dessa forma, a taxa de crescimento da economia poderá ser significativamente maior do que a taxa de juros da dívida pública permitindo uma redução da relação dívida pública/PIB mesmo se o governo operar com déficit primário. Supondo uma dívida pública/PIB de 95% no início de 2021, uma taxa real de juros de 1% e um crescimento de 3% do PIB para o próximo ano, se o governo operar com um déficit primário inferior a 2% a dívida pública como proporção do PIB menor do que no início do ano.

A redução da dívida pública é um processo que levará anos, mas que eu sinceramente não vejo porque deva ser visto com preocupação. A dívida pública brasileira é quase inteiramente denominada em reais e retida basicamente por residentes no país. A aceleração do crescimento irá se encarregar de, num prazo razoável, talvez até o final da década, recolocá-la no patamar pré-pandemia. Não é necessário converter a dívida pública numa espécie de cruz para castigar toda a sociedade brasileira. Os países que venceram a segunda guerra mundial, Estados Unidos e Reino Unido também saíram do conflito com uma dívida pública muito elevada. No caso do Reino Unido a dívida pública superava a marca de 220% do PIB. Mas isso não exigiu nenhum sacrifício da sociedade britânica: o nível de vida da população aumentou de forma significativa ao longo das décadas seguintes, devido ao crescimento econômico, o que reduziu a 43% do PIB em



Foto: Agência Câmara

“No pós-pandemia o Estado será o único agente capaz de puxar o crescimento”, afirma Oreiro

1973. É verdade que o Reino Unido cresceu menos que a Alemanha e o Japão no pós-guerra, mas isso não tem nada que ver com o endividamento público e sim com a perda de competitividade da indústria britânica relativamente às suas concorrentes alemã e japonesa.

Se a sociedade brasileira quiser acelerar o processo de redução da dívida então uma possibilidade é por intermédio do aumento da carga tributária sobre os mais ricos. Dados da receita federal mostram que a alíquota efetiva de imposto de renda caiu abruptamente a partir do 1% mais rico dos contribuintes brasileiros por uma série de razões. Em primeiro lugar, a ausência de tributação sobre lucros e dividendos distribuídos. Como a proporção de lucros e dividendos na renda é maior para os contribuintes mais ricos, segue-se que a parcela da renda isenta de tributação é maior nos estratos superiores de renda. Em segundo lugar, os impostos sobre propriedade no Brasil, o IPTU e o ITR são ridiculamente baixos. Isso se deve a relutância dos prefeitos de aumentar a alíquota desses impostos para não desagradar seus eleitores. Eu sugiro a criação de uma alíquota federal de IPTU e ITR como forma de se contornar esse problema e aumentar a arrecadação.

Por fim, a emissão monetária, ou seja, a compra de títulos do Tesouro diretamente pelo Banco Central precisa ser autorizada na Constituição Federal, pois isso está expressamente vedado pelo artigo 164 da Constituição Federal. O Congresso Nacional deveria ter aprovado isso por ocasião da PEC do orçamento de guerra, mas não o fez. De qualquer forma eu não vejo muita diferença entre o financiar o déficit público por intermédio de emissão de moeda ou de emissão de dívida pública, até porque enquanto a taxa de juros selic for maior do que zero, o Banco Central será obrigado a retirar a liquidez em excesso no mercado por intermédio da venda de títulos públicos que estão na sua carteira, aumentando assim a dívida pública tal como ela é medida pelo BCB.

Em suma, eu não vejo com preocupação o tamanho da dívida pública no pós-pandemia. O que sim me preocupa é a capacidade de crescimento da economia brasileira. O

Setor de serviços recua pela quarta vez seguida, diz IBGE

Após queda de 11,9% em abril, setor cai 0,9% em maio

O setor de serviços recuou 0,9% em maio, após registrar um tombo recorde de -11,9% em abril, segundo a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE, divulgada na quarta-feira (10). É a quarta taxa negativa consecutiva do setor, que acumula uma perda de 19,7% no período.

“Essa taxa de -0,9% mostra um aprofundamento de um cenário que já era muito desfavorável para o setor de serviços. Ter um resultado ainda negativo quando a comparação é feita com abril, mês que tivemos o pior resultado da série histórica (-11,9%), é bastante significativo”, res-

salta o gerente da pesquisa, Rodrigo Lobo.

O setor já vinha sofrendo os efeitos da estagnação econômica dos anos anteriores, após a recessão de 2014-2016. Em 2019, o volume do setor de serviços fechou o ano em apenas 1%, a primeira alta do setor desde 2014, após quedas consecutivas entre 2015 e 2017, acumulando perda de 11%. Nos últimos dez dias de março, o setor começou a sentir os efeitos do isolamento social por conta da pandemia da Covid-19.

Na comparação com maio de 2019, o setor recuou 19,5%, a taxa negativa mais intensa desde o início da série histórica.

## Entidades da indústria defendem a derrubada do veto de Bolsonaro à desoneração da folha

Cerca de 30 entidades da indústria encaminharam documento a deputados e senadores defendendo a derrubada do veto de Bolsonaro à desoneração da folha de pagamentos dos setores que mais empregam no país. “O impacto da reoneração da folha em meio à atual crise seria insuportável para esses setores e acarretaria consequências drásticas para os seus trabalhadores, empresas, consumidores e para o próprio Estado. Assim, pleiteiam a urgente reversão deste veto pelo Congresso Nacional”, diz trecho da carta.

Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Máqui-

nas e Equipamentos (Abimaq), os 17 setores afetados pelo veto presidencial defendem que a desoneração da folha salarial é fundamental para a manutenção dos empregos. “Nós estimamos um desemprego, com essa medida, de 500 mil a um milhão de empregados”, afirmou José Velloso, presidente da Abimaq, referindo-se ao veto presidencial.

Para o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), “essa é uma questão muito importante, a garantia dos empregos”. “A Câmara deve e vai trabalhar fortemente pela derrubada desse veto”, afirmou Maia.

A desoneração da folha até

dezembro de 2021 foi aprovada pelo Congresso Nacional, inclusive com apoio dos líderes do governo, através da Medida Provisória (MP) 936 que permite a redução de jornada e salários durante a pandemia da Covid-19.

Segundo o deputado federal Orlando Silva (PCdoB/BA), relator da matéria, o veto de Bolsonaro “vai atingir setores econômicos que empregam milhões de brasileiros num momento crítico, e vai aumentar o desemprego”.

Leia a matéria completa no site do HP: <https://horadopovo.com.br/empresarios-pedem-derrubada-do-veto-sobre-desoneracao-da-folha/>



Luciana Santos, presidente do PCdoB e vice-governadora de Pernambuco, e o governador Flávio Dino (PCdoB), do MA

## Irresponsabilidade criminosa de Bolsonaro fez da pandemia tragédia nacional, diz o PCdoB

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), reunido por videoconferência no final de semana, aponta em sua resolução a urgência de “salvar vidas e preservar a democracia” e que com a “irresponsabilidade criminosa do presidente Bolsonaro, a pandemia assumiu a proporção de uma tragédia nacional”.

Para o órgão dirigente do PCdoB, além de sabotar os esforços coletivos do país para enfrentar a pandemia do coronavírus e evitar um grande número de mortes, Bolsonaro sabota também a economia do país, insistindo na agenda recessiva de Paulo Guedes, ministro da Economia.

O partido avalia que a formação da frente ampla democrática avança e que ela é fundamental para derrotar a insanidade de Bolsonaro, preservar vidas e a democracia.

“O PCdoB reitera que somente os movimentos de Frente Ampla que vão despontando serão capazes de afastar Bolsonaro da Presidência da República; solução que se impõe para retirar o país da crise, salvar vidas e preservar a democracia”, diz o texto do partido. “Bolsonaro já revelou não ter condições de governar; cometeu crimes em relação à pandemia e contra a democracia”, acrescenta, conclamando por uma ampla mobilização pós-pandemia em defesa da democracia, contra Bolsonaro.

Empenhado em continuar a fortalecer a frente ampla, o partido faz uma advertência contra posições estreitas e idéias sectárias que tentam inviabilizar a formação desta unidade política. “Segue, todavia, necessário repelir, no debate de idéias, concepções e condutas políticas equivocadas, sectárias, presentes em setores da esquerda, que persistem em negar a necessidade da frente ampla, e até mesmo em hostilizá-la”.

O documento nota que a prisão de Fabrício Queiroz, assessor de Flávio Bolsonaro, os três inquiridos que investigam crimes do presidente, da sua família e de suas milícias conduzidos pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que agiu em defesa das instituições democráticas, levaram Bolsonaro a frear temporariamente seus ataques antidemocráticos, buscando apoio parlamentar para impedir um possível impeachment.

“Segue, todavia, necessário repelir, no debate de idéias, concepções e condutas políticas equivocadas, sectárias, presentes em setores da esquerda, que persistem em negar a necessidade da frente ampla, e até mesmo em hostilizá-la”.

“É incerta a duração desse recuo. Mas uma certeza é que Bolsonaro apenas ganha tempo para recompor forças, tentar se livrar dos inquiridos, para, assim que possível, retomar sua ofensiva contra o regime democrático”, alerta.

### TESTAR E RASTREAR CASOS

O partido considera que é “imperativo uma plataforma emergencial das forças democráticas que contenha estratégias e medidas que assegurem a defesa da vida, proporcionem renda aos necessitados – prorrogando pelo menos até dezembro a ajuda emergencial de R\$ 600 – e impulsionem a economia nacional, socorrendo as micro, pequenas e médias empresas, indispensáveis à geração de empregos”.

Os membros do CC defendem que “essa plataforma deve ser financiada pelo Banco Central a partir da compra de títulos do Tesouro, a exemplo do que fazem outros países. O PCdoB já elaborou uma plataforma focada em responder à grave crise em curso, tem se pautado por ela e procura contribuir para que os movimentos de frente ampla construam programas unitários”.

Para conter a transmissão do vírus e salvar vidas, a direção nacional do partido considera imperativo adotar medidas eficazes para salvar vidas na pandemia e propõe:

*“Diante da escalada de mortes, da falta de coesão entre as autoridades políticas e sanitárias, do quadro de incertezas, situação gerada pela irresponsabilidade do governo Bolsonaro, e da imperativa necessidade de salvar vidas, é preciso que se tenha presente, conforme sustentam respeitados pesquisadores da área, que o atual estágio da pandemia no nosso país exige, entre as medidas indispensáveis, romper a cadeia de transmissão do vírus. As iniciativas de suprimir a transmissão do vírus estão atestadas em inúmeros exemplos, dentro e fora do Brasil, especialmente nos países asiáticos”.*

“Essas ações se resumem a lançar mão das tradicionais medidas de vigilância e inteligência epidemiológica, as quais têm como foco a busca ativa de novos casos, rastreamento dos seus contactantes e isolamento dos casos positivos”.

*“São medidas exitosas para conter o atual quadro de contágio, como também de assegurar que novas ondas da pandemia possam ser controladas com segurança. Essas ações se resumem a lançar mão das tradicionais medidas de vigilância e inteligência epidemiológica, as quais têm como foco a busca ativa de novos casos, rastreamento dos seus contactantes e isolamento dos casos positivos. No Brasil, essas ações podem ser desenvolvidas pelo que temos de mais forte e exitoso no SUS, que é a capilaridade das Unidades Básicas de Saúde, com suas equipes de saúde da família, devidamente orientadas por informações das regiões, bairros ou ruas, com índices maiores de reprodutibilidade do vírus”.*

### GENOCIDA

A legenda partidária analisa que o “Brasil teria condições de enfrentar a pandemia de modo a impedir que ela ganhasse a proporção a que chegou” e que “dezenas de milhares das mortes pela Covid-19 poderiam ter sido evitadas”.

“Mas Bolsonaro negou, desde o início, a gravidade da doença, não traçou uma estratégia nacional para enfrentá-la, não aportou ao Sistema Único de Saúde (SUS) – que já sofria com corte orçamentário, desmonte de programas importantes, como o mais Médicos –, os recursos financeiros, humanos e os insumos hospitalares indispensáveis. Essa conduta visa a criar uma situação caótica no país que na visão bolsonarista seria o ambiente favorável à ruptura com o regime democrático”, observa o documento.

O PCdoB registra que “Bolsonaro, enfim, tem agido como um genocida, orientando a população a se expor à contaminação do vírus. Agora, quando a mortandade explode, ele se faz de inocente e, com cinismo, diz ser incapaz de milagres”.

Leia o texto completo e a resolução na íntegra em [www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br) | <https://horadopovo.com.br/irresponsabilidade-criminosa-de-bolsonaro-fez-da-pandemia-tragedia-nacional-aponta-o-pcdob/>

# Fred Wassef diz que escondeu Queiroz da família Bolsonaro



## O advogado Frederick Wassef tinha trânsito livre no Palácio do Planalto Major Olimpio diz que sai se PSL voltar a apoiar Bolsonaro: “tchau queridos”

O senador Major Olimpio (PSL-SP) ameaçou deixar o partido depois da notícia que a legenda estaria se reaproximando de Jair Bolsonaro.

Em mensagem encaminhada no grupo de parlamentares do partido, conforme nota que postou no Twitter, o parlamentar disse ter sentido “vontade de vomitar” com o “ferte” da sigla com o presidente.

“Ao ler matéria jornalística dando conta (de) que Bolsonaro busca reaproximação com o PSL para ampliar sua base, e que ligou para (o) presidente do partido) Luciano Bivar e que o vice-presidente do partido, (Antonio) Rueda, e (o) senador) Flávio Bolsonaro (Republicanos) costumam a aproximação, me deu vontade de vomitar!”, escreveu o senador.

Olimpio usou na rede social o mesmo slogan utilizado contra Dilma Rousseff (PT), durante seu processo de impeachment, adaptando o “tchau, querida” para “queridos”. “Eu disse no grupo de parlamentares do PSL que, se isto acontecer, sentirei muita saudade do partido. TCHAU QUERIDOS!”.

A reaproximação foi noticiada sábado (11) pelo jornal O Globo. Segundo o veículo, em troca do retorno do PSL à sua base no Congresso, o presidente ofereceu cargos ao partido, como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, a Eletrosul e o Banco da Amazônia.

Eleito pela sigla, Bolsonaro rompeu com a legenda e se desfilou no final do ano passado para criar um

novo partido, chamado Aliança pelo Brasil. Porém, apesar do empenho pessoal do presidente, até agora não há número suficiente de assinaturas para que o pedido de registro da nova agremiação seja encaminhado ao Tribunal Superior Eleitoral.

A saída de Bolsonaro do PSL ocorreu após uma série de desencontros entre ele e o presidente do partido, Luciano Bivar, que teve no centro o controle do fundo partidário.

Ao se tornar o segundo maior partido da Câmara, o PSL aumentou sua participação no fundo partidário: saltou de R\$ 9,7 milhões em 2018 para R\$ 110 milhões em 2019 – e a expectativa na época era que, em 2020, o valor saltaria para algo entre R\$ 400 milhões e R\$ 500 milhões.

de caso de três falecidos. Um deles já haviam identificado como falecido após ter assinado o apoio. Não tenho conhecimento do que aconteceu com os outros casos”.

Ele foi um dos alvos da operação de busca, no âmbito da investigação feita pelo Supremo Tribunal Federal (STF) sobre as manifestações antidemocráticas, por financiar os atos golpistas.

Segundo ele, aqueles que “fazem bagunça” nas manifestações são exceção. “Você vai num lugar com 15 mil pessoas. Todos ordeiros, família, defendendo o presidente. Aí aparece cinco, seis camaradas lá para fazer bagunça, a gente não sabe quem são essas pessoas”.

Não explicou porque, uma vez identificados os bagunceiros, eles não são expulsos e afastados das manifestações.

O empresário Luis Felipe Belmonte, um dos vice-presidentes do Aliança, disse que “sabíamos

tadas, um total de 18.112, foram negadas por ser de pessoas que já são filiadas a outros partidos.

Também foram negadas 1.284 assinaturas por estarem duplicadas e 3.352 de pessoas que declararam estado divergente do que o que consta no cadastro eleitoral.

As 492 mil assinaturas devem ser apresentadas até o final de 2021. Caso contrário, deverão recolher tudo desde o começo.

Jair Bolsonaro lançou seu próprio partido depois das brigas com os líderes e fundadores do PSL, pelo qual se elegeu presidente. Bolsonaro é o presidente do partido e seu filho Flávio Bolsonaro é o vice. Seu filho mais novo, Renan Bolsonaro, é membro do diretório nacional.

O empresário Luis Felipe Belmonte, um dos vice-presidentes do Aliança, disse que “sabíamos

“Se essa informação circulasse, matariam o Queiroz dentro da minha casa e ainda colocariam a culpa em mim”, acrescentou o ex-advogado da família Bolsonaro

Em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, publicada neste domingo (12), o ex-advogado de Flávio Bolsonaro e amigo íntimo da família, Frederick Wassef, que recebeu dos fugitivos que ele escondeu em sua casa, Queiroz e sua mulher, Márcia, o codinome de “anjo”, voltou a afirmar que escondeu Fabrício Queiroz em sua casa de Atibaia, no interior de São Paulo, para protegê-lo de um possível assassinato. E acrescentou que quem não podia saber o paradeiro do ex-assessor era a família Bolsonaro.

“Nunca comuniquei ao presidente, nem ao Flávio e tenho meus motivos. Acreditava que, se eu comunicasse ao presidente ou ao seu filho, em algum momento alguém mais poderia saber. Que contaria a alguém mais e colocaria em risco a vida do Queiroz. Se essa informação circulasse, matariam o Queiroz dentro da minha casa e ainda colocariam a culpa em mim.” Ou seja, a família Bolsonaro, segundo o “anjo”, não podia saber de jeito nenhum o paradeiro de Queiroz.

Wassef disse com todas as letras que não contou para os bolsenaros sobre o esconderijo de Queiroz porque isso colocaria a vida dele em risco. Nem a família nem o seu “entorno” podia saber de nada, insistiu o anjo.

Que informações são essas que Queiroz possuía e que colocaria em risco a sua vida? Vejamos. Ele foi operador do esquema de lavagem de dinheiro criado dentro do gabinete de Flávio Bolsonaro. Em sua conta passaram R\$ 7 milhões entre 2014 e 2017, segundo relatório do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras).

Ele comandava funcionários fantasmas que devolviam dinheiro público desviado para o deputado. Ele depositou, segundo o Coaf, um cheque no valor de R\$ 24 mil na conta da primeira-dama, Michelle Bolsonaro. A versão de “emprestimo”, dada por Jair Bolsonaro, nunca convenceu ninguém.

Queiroz era também unha e carne com o miliciano e assassino profissional Adriano da Nóbrega, que foi expulso da PM do Rio. Os dois foram julgados juntos por assassinato de um morador de Jacarepaguá em 2003, quando eles eram policiais militares. Por interferência sua, Flávio prestou duas homenagens a Adriano da Nóbrega e Jair Bolsonaro fez um discurso em 2005 elogiando e defendendo o miliciano que já estava preso.

Assim que assumiu a assessoria de Flávio Bolsonaro na Assembleia Legislativa do Rio, em 2007, Queiroz levou para o gabinete do então deputado estadual, a mãe e a ex-mulher do “capitão Adriano”, que nesta época comandava a milícia de Rio das Pedras. Adriano se tornaria também chefe do Escritório do Crime, uma espécie de central de assassinatos das milícias do Rio de Janeiro.

Segundo o Ministério Público do Rio, Raimunda Veras, mãe de Adriano e Danielle Mendonça, sua ex-mulher, eram funcionárias fantasmas do gabinete de Flávio. Raimunda nunca compareceu à Alerj. Ela era sócia de dois restaurantes no bairro do Rio Comprido em seu nome e de seu filho, Adriano.

Registros bancários de Fabrício Queiroz revelam que o Restaurante e Pizzaria Rio Cap, administrado por Raimunda Veras Magalhães, e o Restaurante e Pizzaria Tatyara, administrado por Adriano da Nóbrega Magalhães, transferiram R\$ 69.250,00 para a conta de Queiroz mediante cheques e TED.

Entre janeiro de 2016 e janeiro de 2017, segundo o MP, foram efetuados 17 depósitos em espécie na conta de Queiroz no valor total de R\$ 91.796,00 na agência Rio Comprido do Banco Itaú, localizada na mesma rua dos restaurantes administrados por Raimunda Veras e por seu filho. Os investigadores estimam que Adriano da Nóbrega possa ter transferido grandes valores para as contas de Fabrício Queiroz.

Danielle Mendonça da Costa e Raimunda Veras Magalhães, respectivamente esposa e mãe de Adriano da Nóbrega, receberam um total de R\$ 1,029 milhão em salários na Alerj, sem trabalhar, segundo a investigação. Deste montante, o total repassado por Danielle e Raimunda “direta ou indiretamente” para a conta bancária de Fabrício Queiroz chegou a R\$ 203.002,57, o equivalente a 19,7% dos salários, de acordo com o MP.

Outra parte do dinheiro era repassado para Adriano. Para os investigadores, estas movimentações financeiras são indícios muito fortes de que o gabinete de Flávio lavou dinheiro para a milícia do Rio através da conta de Fabrício Queiroz.

Dois fatos revelam que Queiroz tinha total conhecimento de todas as operações. Um deles é que, assim que estourou o escândalo envolvendo seu nome e o de Flávio Bolsonaro no desvio de dinheiro público da Alerj, ele exonerou Danielle Men-

donça do gabinete. Apesar de ter ficado mais de uma década lotada no gabinete de Flávio na Alerj – 6 de setembro de 2007 a 13 de novembro de 2018 – Danielle Mendonça nunca teve crachá na Alerj. O salário dela era de R\$ 6.490,35.

A íntegra da conversa entre Queiroz e a mulher de Adriano, quando ela perdeu o cargo, foi extraída do celular de Danielle, apreendido pelo Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do Rio, durante a Operação “Os Intocáveis”.

De acordo com o Gaeco (Grupo de Atuação Especializada no Combate à Corrupção), assim que tudo veio à tona, Adriano Nóbrega fez contato com Danielle por Whatsapp no dia 29 de dezembro de 2018 – período no qual já estava foragido e com a investigação do Caso Queiroz já em curso. Disse a ela que não daria para segurá-la no gabinete, mas veria o que poderia fazer para ajudar.

Em mensagem apreendida, Queiroz demonstrou preocupação com a manutenção de Danielle Mendonça como funcionária fantasma na Alerj devido às eleições de 2018 e o receio de que o aumento da exposição do deputado estadual Flávio Bolsonaro levasse a imprensa a descobrir a esposa do miliciano em seu gabinete.

Na mensagem de Fabrício Queiroz para a mulher de Adriano, Danielle Mendonça, Queiroz diz:

“sobre seu nome... não querem correr risco, tendo em vista que estão concorrendo e a visibilidade que estão... “Estão fazendo um pente fino nos funcionários e família deles”.

Danielle Mendonça acabou sendo exonerada.

Em uma conversa com uma amiga em janeiro de 2019 Danielle admitiu que sabia da origem ilícita do dinheiro e que essa situação a incomodava. Disse ela: “enfim amiga... por outro lado, eu não sei se comentei com você, mas eu já vinha um tempo muito incomodada com a origem desse dinheiro na minha vida. Sei lá. Deus deve ter ouvido”. O MP afirmou que Danielle revelou numa outra mensagem que foi o ex-marido (Adriano) quem arrumou a nomeação de funcionária fantasma na Alerj.

O outro fato que demonstra que, mesmo depois de sair do gabinete de Flávio, Fabrício Queiroz continuava manobrando para encobrir os crimes cometidos por ele e pelo então deputado estadual, Flávio Bolsonaro. E que por ordem dele, Raimunda Veras Magalhães, mãe de Adriano, foi orientada a fugir do Rio de Janeiro para não comparecer aos depoimentos junto ao Ministério Público do Rio, órgão responsável pelas investigações.

Ela acabou indo para uma cidade do interior de Minas Gerais, onde se encontra até hoje. A ordem de Queiroz é que ela não voltasse ao Rio de Janeiro.

Queiroz não só orientou a mãe de Adriano a se esconder em Minas Gerais e desaparecer do Rio, para não comparecer ao MP-RJ, como também levou, já em 2019, a ex-funcionária fantasma, Luiza Souza Paes, que já vinha sendo orientada por Queiroz a não comparecer ao MP, para assinar na Alerj uma folha de ponto de 2017.

Esta pressão sobre as testemunhas por parte de Queiroz veio à tona por conta de interceptações pela polícia de conversas entre os investigados. Foi o principal motivo que levou o juiz Flávio Itabiana Leonel, responsável pelo processo, a decretar a prisão do casal, Queiroz e Márcia.

Depois, Queiroz participou de uma reunião com Frederick Wassef e Luis Gustavo Boto Maia, em Atibaia, em 2 de dezembro de 2019, onde foi preparada uma proposta para ser levada a Adriano da Nóbrega, que nesta altura estava foragido da polícia.

Dois dias após a reunião, em 4 de dezembro de 2019, Márcia Oliveira, mulher de Queiroz, envia uma foto da reunião com a mãe de Adriano e Luis Gustavo Boto Maia, que era advogado de Flávio, na cidadezinha de Astolfo Dutra, no interior de Minas Gerais. Não há muita informação de que proposta foi enviada a Adriano por intermédio de sua mãe, mas o que ficou acertado é que Paulo Emílio Catta Preta, ligado à ex-mulher de Wassef, e, por coincidência, o mesmo que hoje defende Queiroz, assumiria a defesa do miliciano. Dois meses depois dessa reunião, Adriano foi morto no interior da Bahia.

Possuidor de todas essas informações, tendo participado do desmonte do gabinete de Flávio recheado de funcionários fantasmas, que garantia a lavagem do dinheiro, tendo íntimas relações com Adriano da Nóbrega, e ainda ter participado da preparação desta reunião com a mãe dele para que ela levasse a proposta do grupo até o miliciano, Queiroz realmente tem muita coisa a esconder.

Leia a íntegra em [www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)

SÉRGIO CRUZ

# Vacinas do coronavírus à vista? Cooperação ou concorrência?

A concorrência científica não está acontecendo sem cooperação, muito ao contrário, o que nos faz mais fortes para advogar a não aplicabilidade do tratado de patentes

EDUARDO COSTA\*

Desde o início dessa pandemia a China deu exemplos de que tem muito a ensinar para o mundo, ainda que, muitas vezes, sejam lições conhecidas, mas jogadas fora pelos países que adotaram o modelo neoliberal a partir das décadas 1980-90.

Um dos pilares desse modelo, menos discutido fora do setor saúde, foi a imposição do instituto da patente industrial para produtos farmacêuticos e biológicos em muitos países que não a aceitavam, como China, Brasil e Índia.

A China resolveu aderir para romper seu isolamento comercial e ter acesso rápido à Organização Mundial do Comércio, sucessora do GATT. Porém outras medidas e vantagens foram dadas pelo seu governo para atrair empresas estrangeiras de tecnologia a se instalar no país, mantendo o controle acionário ou legal sobre as que lá se instalassem. Com isso pode investir em seus próprios institutos de pesquisa e universidades.

A Índia aceitou o acordo chamado TRIPS, com uma cláusula de implementação 15 anos após a assinatura. Nesse tempo investiu em trazer tecnologias para o país. E o Brasil, já no Governo FHC, o assinou com validade para 20 anos antes da assinatura (*pipe-line*), induzindo ao fechamento de indústrias da área da química fina, que já detinham essas tecnologias produtivas!

De lá, até o impeachment do Governo Dilma, a diplomacia brasileira abriu uma fenda nesse acordo (*flexibilidades*), criando condições para a possibilidade de licenciamento compulsório para possibilitar o acesso ao interesse da saúde pública.

Foi nesse espaço que **Farmanguinhos**, do qual eu era diretor, advogou o licenciamento do Efavirenz, que seria proposto pelo Ministro Temporão e decretado pelo Presidente Lula. Diferente dos que usaram o licenciamento para importar da Índia (já que estava em seu 'período de graça' do acordo), **Farmanguinhos** aceitou e cumpriu com suas obrigações desenvolvendo o produto, sem a orientação devida pela Merck, produzindo para atender a metade das necessidades do país, com a parceria de farmoquímicas nacionais escolhidas em verdadeiro concurso público com banca de pesquisadores, advogados e entidades da área, com grande economia para o país.

(A outra metade, planejada para ser produzida por outro laboratório público, passou a ser importada da Índia pelo Ministério da Saúde, por segurança de abastecimento.)

Esse episódio foi significativo e influenciou a postura dessa mesma empresa americana, que, de beligerante, passou a procurar **Farmanguinhos** para estabelecer laços cooperativos. As ameaças de 'quebrar patentes' de José Serra, nunca haviam se concretizado.

Essa memória nos ajuda a situar o problema patentário no mundo e no Brasil, durante uma pandemia.

Num esforço mundial sem precedentes, a OMS, fundos diversos e outros organismos difundiram estímulos para o desenvolvimento de vacinas. Mais de 140 estão catalogadas e sendo acompanhadas. Paralelamente, a OMS e outras entidades lutam por fazer esse produto disponível para toda a humanidade — fazer dela "a *global good*", um bem mundial, livre de restrições de patentes.

No momento em que é anunciado que há vacinas à vista, é fundamental assegurar que não sejam patenteáveis!

A primeira voz sólida ouvida nesse sentido foi a do Presidente da China na 73ª Assembleia Mundial da Saúde, ao anunciar que o progresso do desenvolvimento de qualquer uma das 5 vacinas em testes na China se tornará um bem público mundial, o que significa que repassará sua tecnologia livremente. Ao mesmo tempo, anunciava uma contribuição de 2 bilhões de dólares em dois anos para o enfrentamento à COVID-19 nos países mais pobres.

De outro lado, a concorrência científica não está acontecendo sem cooperação, muito ao contrário, o que nos faz mais fortes para advogar a não aplicabilidade do tratado de patentes.

Mas, como sempre, aves de rapina sobrevoam os céus neoliberais.

A promoção de vacinas potenciais por empresas farmacêuticas ou biotecnológicas é um recurso que utiliza a mídia e assim prevê fundos e valorização de suas ações. Se não der certo, o jogo no mercado de ações pode promover lucros.

Há cerca de três anos, por um ano, representei a Fiocruz no *'Interim Board'* da Coalizão para Preparação para Epidemias e Inovações (CEPI), que gere um fundo, criado com contribuição inicial do Governo da Noruega e outros doadores, destinado a promover inovações em vacinas para Ebola, MERS e que certamente está agora também ativo.

Naquela ocasião defini nossa posição institucional segundo a orientação que o Itamaraty e a Fiocruz defendiam, inclusive em reuniões da OMS: Cooperação como eixo central, sem patentes para essas novas vacinas em desenvolvimento.

Assim, entende-se as iniciativas do **Instituto Butantan** e **Biomanguinhos** de procurar parceiros para o desenvolvimento de vacinas contra a COVID-19, mas a dependência tecnológica em etapa acessível aos pesquisadores nacionais fica mantida. A Fiocruz, a USP, a UFRJ e outras universidades, consorciadas ou não, devem estar também trabalhando para produzir o antígeno adequado ao desenvolvimento de vacinas.

Os dois grandes laboratórios produtores brasileiros, além de outros menores mas igualmente importantes, têm plena capacidade de rapidamente produzir vacinas novas e mesmo desenvolver a tecnologia produtiva, como fez o **Butantan** com a vacina contra a Dengue em testes.

Não sabemos se o acordo do **Instituto Butantan** com uma empresa chinesa (Sinovac) e o da Fiocruz com uma inglesa (AstraZeneca) preveem a patente industrial, pois obteríamos de qualquer modo a licença produtiva. Não vimos nada a esse respeito no que foi divulgado. Mas cremos que a COOPERAÇÃO E NÃO A CONCORRÊNCIA a nível mundial regem as bases desses acordos.

O Brasil é um país que, pelas falhas do controle epidemiológico dessa pandemia, propicia a vantagem de ter incidência alta de casos, para que os testes possam ser realizados em menor tempo. Mas, por pequenos que sejam, também terá riscos.

A elevada quantia que o Brasil pagará para testar e desenvolver industrialmente o produto (USD 127 milhões), incluindo pouco mais de 30 milhões de doses e depois 2,30 US dólares por dose para outros 70 milhões de doses (USD 161 milhões) mesmo que não haja sucesso, valerá a pena por permitir a instalação de uma plataforma produtiva em **Biomanguinhos** que não temos no país, segundo seu diretor.

De outro lado, o diretor da AstraZeneca no Brasil declarou na Câmara dos Deputados que "nesse momento" a empresa não visa lucro, mas sim atrair outros países para o projeto. Assim, a contribuição do Brasil com dinheiro à vista e vacina à prazo, pode fazer o investimento ser visto também como uma generosa contribuição para o desenvolvimento de uma vacina para o mundo, que, se provar ser efetiva e segura, poderá ser produzida livremente.

Já o **Instituto Butantan** divulgou que para os testes clínicos terá de desembolsar R\$ 85 milhões e não terá de pagar *royalties*, mas precisará investir na ampliação de seu parque fabril, sem divulgar números, ainda que tenha a plataforma tecnológica necessária. Mas poderia inicialmente fazer acordos de produção.

Com tantas incertezas imunológicas, nada mal se ambos acordos forem bem sucedidos, afinal, ninguém dará conta sozinho de produzir para a demanda inicial, nacional e internacional.

(\*) *PhD em Epidemiologia, é médico-sanitarista, professor titular de Epidemiologia da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/Fiocruz) aposentado, ex-Secretário de Saúde do Estado do Rio de Janeiro e ex-Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde. Atualmente é Assessor de Cooperação Internacional da ENSP/Fiocruz.*



Somos o país que tem maior velocidade de expansão da Covid-19 no mundo

## Óbitos por Covid-19 caem pela terceira semana seguida no estado de São Paulo

O governador João Doria confirmou em coletiva nesta segunda-feira (13) mais uma queda, pela terceira semana consecutiva, no número de mortes pelo novo coronavírus no Estado de São Paulo.

"São boas notícias, mas que devem ser celebradas com muita moderação e muita solidariedade e nos colocar no foco das medidas de controle da pandemia e do atendimento de saúde. Não é hora de festejar ou sair para comemorar. E hora para estarmos concentrados, seguindo orientação da saúde e orando pela redução, como tem acontecido nas últimas três semanas, do número de óbitos em São Paulo", afirmou o Governador.

As taxas de ocupação dos leitos de UTI são de 64,7% na Grande São Paulo e 66,1% no Estado. O número de pacientes internados é de 14.059, sendo 8.393 em enfermaria e 5.666 em unidades de terapia intensiva, conforme dados das 10h30 da manhã desta segunda-feira (13).

A menor taxa de letalidade por Covid-19 da série histórica também foi registrada em SP, com 4,8% nesta segunda. No início de maio, chegou a 8,6%. São Paulo confirmou 2.610 novos casos e 57 mortos por coronavírus nas últimas 24 horas. Na última semana, houve 27 óbitos a menos em comparação à semana anterior — foram registrados 1.706 vítimas entre os dias 5 e 11 de julho, contra 1.733 entre 28 de junho e 4 de julho. A redução tem sido observada de maneira constante nas últimas semanas. Entre os dias 14 e 20 de junho, o número de óbitos foi de 1.913 óbitos; na semana seguinte, de 21 a 27 de junho, foram 1.769, uma diferença de 144 mortes.

O estado tem um número acumulado de 374.607 casos confirmados e 17.907 óbitos referentes ao novo coronavírus. Dos 645 municípios, houve pelo menos



"Não é hora de festejar ou sair para comemorar"

uma pessoa infectada em 633 cidades, sendo 412 com um ou mais óbitos. Do total de casos diagnosticados de Covid-19, 230.680 pessoas estão recuperadas, sendo que 53.693 foram internadas e tiveram alta hospitalar.

O coordenador do Centro de Contingência, Paulo Menezes disse que o cenário da pandemia não tem destoado das projeções feitas pelo governo. "Estamos chegando ao final dos primeiros 15 dias de julho. Podemos ver que a linha de casos confirmados segue bastante em cima da média de projeção que foi feita", afirmou. "Em relação aos óbitos, continuamos tendo um número que se encontra na margem inferior da estimativa.

Os promotores apresentaram provas de que o próprio ex-secretário fazia a interface com empresas interessadas em contratar com a secretaria. Em certas ocasiões, diz o MPRJ, Santos realizava prévia indicação daqueles que seriam contratados em processos administrativos que estavam por vir.

Em uma conversa de áudio no celular de Neves, Edmar Santos determinava a criação de uma "lista secreta" daqueles que seriam fornecedores da pasta.

"(...) Mapeia para mim todos os endereços de depósito de distribuidor de medicamento, distribuidor de material médico e distribuidor de equipamento aqui no Rio de Janeiro. Cara, todos esses endereços de depósito, deixa uma lista aí secreta contigo. Só eu e você vamos ter acesso a isso", instruiu Santos a Gabriell Neves, ex-subsecretário que também está preso.

Além disso, há suspeitas de irregularidades nos contratos firmados sem licitação. Entre eles, o de compra de respiradores, oxímetros e medicamentos e o de contratação de leitos privados. O governo do RJ gastou R\$ 1 bilhão para fechar contratos emergenciais.

Dos 1 mil respiradores comprados pela pasta, apenas 52 foram entregues e não serviam para pacientes com Covid-19. Os contratos foram firmados com três empresas, também investigadas.

Outros 97 aparelhos chegaram no fim de junho e estão no terminal de cargas do Aeroporto Internacional Tom Jobim, encalhados.

## Pastor Milton Ribeiro é o quarto ministro da Educação de Bolsonaro

Bolsonaro anunciou na sexta-feira (10) em seu perfil do Facebook o pastor Milton Ribeiro para ser o novo ministro da Educação. A nomeação já foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União.

O cargo no Ministério da Educação (MEC) estava vago desde a saída de Abraham Weintraub, em junho. Carlos Alberto Decotelli chegou a ser nomeado, mas não chegou a tomar posse após inconsistências serem encontradas em seu currículo.

O pastor será o quarto ministro da pasta em um ano e meio de governo Bolsonaro. Além de Weintraub e Decotelli, Ricardo Vélez Rodríguez também havia comandado o ministério por menos de quatro meses.

Segundo o currículo acadêmico na plataforma Lattes, Milton Ribeiro é graduado em Teologia e Direito, fez mestrado em Direito e Doutorado em Educação — essa última formação pela Universidade de São Paulo, em 2006.

O pastor é membro do Conselho Deliberativo do Instituto Presbiteriano Mackenzie, mantenedora da Universidade Presbiteriana Mackenzie, da qual foi vice-reitor e reitor em exercício.

No governo Bolsonaro, o MEC é um dos ministérios que mais sofrem a influência da ala ideológica do governo, que segue o astrólogo Olavo de Carvalho. A nomeação de Milton Ribeiro teria o objetivo de agradar essa



Ribeiro é membro do Conselho do Mackenzie

ala do governo, que não viu com bons olhos a saída de Weintraub.

A ligação de Milton Ribeiro com a igreja evangélica também agrada a bancada governista no Congresso Nacional, o que coloca sua nomeação mais favorável ao setor mais conservador do atual governo.

**OLAVISTAS NO CNE**

Os secretários estaduais e municipais de Educação do país repudiaram a decisão de Bolsonaro de excluí-los do Conselho Nacional de Educação (CNE). Nesta sexta-feira, o governo federal nomeou, no Diário Oficial da União as 13 pessoas que terão mandatos de quatro anos no órgão que é instituição máxima da educação no país, junto ao Ministério da Educação (MEC).

A partir de 11 de julho de 2020, o Conselho de Secretários Estaduais de Educação (Consed) e a União Nacional dos Dirigentes

Municipais de Educação (Undime) não terão mais indicações no CNE.

O anúncio da nova composição do CNE aconteceu no mesmo dia em que Bolsonaro anunciou a escolha de Milton Ribeiro, vinculado à Universidade Presbiteriana Mackenzie, para chefiar o MEC.

A nova lista tem nomes indicados pelo atual secretário de Alfabetização do MEC, Carlos Nadalim, ligado a Olavo de Carvalho. Entre eles, Tiago Tondinelli, que foi chefe de gabinete do ex-ministro de Bolsonaro Ricardo Vélez. Ele é advogado e professor de Filosofia, especialista em Filosofia Medieval. Nunca havia trabalhado com educação pública.

William Ferreira da Cunha, também indicado ao CNE, é atualmente assessor de Nadalim no MEC. Outro ligado aos olavistas é Gabriel Giannattasio, também professor no Paraná.



## Edmar Santos foi preso no dia 10 MP-RJ encontra R\$ 8,5 milhões na moradia de ex-secretário de Witzel

Um total de R\$ 8,5 milhões foram apreendidos pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, durante a Operação Mercadores do Caos, na qual o ex-secretário de Saúde do Rio, Edmar Santos, foi preso na sexta-feira (10).

Santos é apontado como o líder de uma organização criminosa que atuava na Secretaria Estadual de Saúde durante a pandemia do novo coronavírus.

De acordo com o Grupo de Atuação Especializada no Combate à Corrupção (GAECO), desse montante, cerca de R\$ 7 milhões estavam em reais e o restante em dólares americanos, euros e libras esterlinas.

De acordo com o órgão, os valores foram entregues espontaneamente por um dos investigados, que estava acompanhado de seu advogado. O MPRJ, no entanto, ainda não detalhou os locais onde toda a quantia foi apreendida.

A quantia foi encaminhada ao Instituto de Criminalística Carlos Éboli (ICCE) e será depositada em judicial do Banco do Brasil. A contagem dos valores terminou apenas na madrugada deste sábado (11).

De acordo com a denúncia, Edmar Santos vai responder por peculato, corrupção cometida por funcionário público e organização criminosa.

Edmar Santos foi exonerado da Secretaria de Saúde do RJ no dia 17 de maio. Ele havia assumido a pasta no início do governo Witzel. No entanto, mesmo após sua exoneração ele teria continuado a cometer crimes.

"O fato do investigado não mais ocupar a função pública de Secretário Estadual de Saúde não configura causa suficiente de neutralização do risco de cometimento de novos delitos, notadamente na hipótese em que se noticia a realização e continuidade de infrações que não pressupõem essa condição, como é o caso de eventual delito de lavagem de dinheiro", diz a decisão do juiz Bruno Ruliere, que autorizou o cumprimento da prisão preventiva.

**AUDIOS REFORÇAM ACUSAÇÃO**

Os promotores apresentaram provas de que o próprio ex-secretário fazia a interface com empresas interessadas em contratar com a secretaria. Em certas ocasiões, diz o MPRJ, Santos realizava prévia indicação daqueles que seriam contratados em processos administrativos que estavam por vir.

Em uma conversa de áudio no celular de Neves, Edmar Santos determinava a criação de uma "lista secreta" daqueles que seriam fornecedores da pasta.

"(...) Mapeia para mim todos os endereços de depósito de distribuidor de medicamento, distribuidor de material médico e distribuidor de equipamento aqui no Rio de Janeiro. Cara, todos esses endereços de depósito, deixa uma lista aí secreta contigo. Só eu e você vamos ter acesso a isso", instruiu Santos a Gabriell Neves, ex-subsecretário que também está preso.

Além disso, há suspeitas de irregularidades nos contratos firmados sem licitação. Entre eles, o de compra de respiradores, oxímetros e medicamentos e o de contratação de leitos privados. O governo do RJ gastou R\$ 1 bilhão para fechar contratos emergenciais.

Dos 1 mil respiradores comprados pela pasta, apenas 52 foram entregues e não serviam para pacientes com Covid-19. Os contratos foram firmados com três empresas, também investigadas.

Outros 97 aparelhos chegaram no fim de junho e estão no terminal de cargas do Aeroporto Internacional Tom Jobim, encalhados.

## Querido, ex-assessor de Carluxo é nomeado presidente da Funarte

Luciano Querido, ex-assessor do leitor Carlos Bolsonaro, foi oficializado como presidente da Fundação Nacional de Artes (Funarte). A nomeação foi assinada pelo ministro chefe da Casa Civil, Walter Braga Netto, e publicada no Diário Oficial da União, na segunda-feira (13).

Após acompanhar Carlos por cerca de 15 anos (de 2002 a 2017), Querido assume o cargo depois da passagem polêmica de Dante Mantovani na instituição. O novo presidente da Funarte é bacharel em direito, e tem formação em designer digital e tecnologia da informação.

Querido já ocupava a posição provisoriamente desde 7 de maio, quando substituiu Dante Montavani. O ex-assessor de Carlos é acusado pelo Ministério Público Federal (MPF) de não ter formação específica e experiência profissional para o cargo. Por isso, o órgão chegou a pedir no início de julho que ele fosse suspenso.

Segundo o MPF, a nomeação para o cargo nomeado exige experiência profissional de, no mínimo, 5 anos em atividades relacionadas às funções da Funarte; ter ocupado cargo comissionado, equivalente a DAS de nível 3 ou superior em qualquer Poder por, no mínimo, 3 anos; ou, possuir títulos de mestre ou doutor em área correlata às áreas de atuação do órgão ou em áreas relacionadas às funções do cargo.

# 'Veto de Bolsonaro afetará milhões de trabalhadores', afirma Orlando



Deputado Orlando Silva (PCdoB) foi o relator da MP na Câmara Federal



Universidade Nove de Julho demitiu cerca de 500 docentes, diz Sindicato

## Professores enfrentam demissão em massa em universidades particulares

O Sindicato dos Professores de São Paulo (SinproSP) participará de audiência com a direção da Universidade Nove de Julho (Uninove) no Tribunal Regional do Trabalho, nesta quinta-feira (09), para discutir as demissões de 500 professores posta a cabo pela rede universitária, e que ocorreram sem qualquer negociação ou mesmo aviso prévio aos profissionais.

Os professores só souberam do desligamento por informativo online, enviado pelo mesmo sistema que utilizam para dar aulas à distância. O aviso era de que deveriam comparecer à sede da instituição, na região central, para assinar a demissão e devolver carteirinha de plano de saúde, crachás e outros documentos.

"Vamos pleitear no Tribunal que sejam revertidas essas demissões", afirma Sílvia Bárbara, diretora do SinproSP.

A justificativa para as demissões é a redução do número de alunos e as aulas online permitiram que as faculdades juntassem turmas, até mesmo de unidades diferentes, para que precisassem de menos professores. Algumas instituições também reduziram a carga horária dos docentes, em alguns casos de 40 para 12 horas-aula semanais ainda que mantenham o mesmo número de alunos.

Outras instituições como Faculdade Sumaré, Univer-

sidade Cruzeiro do Sul (Unicsul) também têm demitido em larga escala. Porém, o SinproSP denuncia que enquanto a maioria dispensou cerca de 10% do quadro de docentes, a Uninove demitiu quase um terço da equipe e que outras instituições seguem a mesma diretriz.

"Não consegui acessar o sistema nem mesmo para lançar a nota das avaliações dos alunos. Depois soube que todos fecharam o semestre com 9 ou 10", conta um professor de Direito, que pediu para não ser identificado por medo de represália.

Segundo o docente, com as aulas remotas, passou a dar aulas para até três turmas ao mesmo tempo, às vezes com 150 estudantes.

"Os alunos terminam a avaliação e a nota já sai. Assim, otimiza o trabalho e podemos ter turmas maiores. O problema é que nem todo curso ou disciplina podem ser avaliados com qualidade dessa forma", contou Ulisses Rocha, professor de Jornalismo da Uninove, também demitido na última semana.

A Unicsul é outra dessas grandes universidades em que as demissões podem chegar a mais de 30% de todo o corpo docente. Os professores começaram a ser avisados do seu desligamento na noite do dia 30 de junho, após um pronunciamento do reitor da instituição, Luiz Henrique Amaral.

"A Unicsul é mais um exemplo de demissão massiva decorrente de uma rees-

truturação, sustentada no enxugamento da folha de pagamentos e dos serviços e aumento das margens de lucro, em detrimento da qualidade de ensino", denuncia nota do SinproSP.

A UNB (União Bandeirante de Educação), que tem como proprietário o ex-dono da Uniban, também demitiu cerca de 40 professores na última semana. Eles denunciam que não receberam os salários dos meses em que deram aulas de forma remota.

"Só recebi um mês deste semestre e fui demitido. O reitor fez uma reunião e disse que não reconhecia as aulas online e, por isso, não pagaria", conta um professor.

O presidente do Sindicato das Mantenedoras do Estado de São Paulo (SEMESP) tentou justificar que as empresas podem ter demitido mais do que a necessidade por uma "preocupação".

"As instituições queriam esperar o início do segundo semestre para ver quantos novos alunos ingressariam, quantos iriam trancar os cursos. Como não foi possível, elas fizeram demissões em larga escala, demitiram mais por precaução já que depois não teriam margem de manobra", diz.

Na Anhembi-Morumbi, o Sindicato conseguiu negociar suspensão de contrato, garantindo emprego até novembro e pagamento salarial até 18 de janeiro.



## Juizes do Trabalho criticam decisão de G. Mendes sobre correção de débitos trabalhistas

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, em nova decisão, autorizou que as ações trabalhistas que pedem correção de débitos possam seguir em tramitação na Justiça do Trabalho.

No final de junho (27), o ministro havia decidido pela suspensão dessas ações, que analisam qual índice de correção seria utilizado para o pagamento de débitos trabalhistas: TR (Taxa Referencial), que não repõe perdas inflacionárias, ou o Índice de Preços ao Consumidor Especial (IPCA-E), que garante a correção real dos débitos aos trabalhadores, principalmente sobre saldos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Segundo Gilmar Mendes, até que a Corte decida sobre o tema, a correção deverá ser feita pela TR, quando houver controvérsia, causando assim enormes perdas a trabalhadores com débitos a receber.

A decisão do ministro vai na direção contrária ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), cujo plenário já contava com entendimento majoritário de 17 ministros, dos 27 membros, e que já encaminhava pela aplicação do IPCA-E, quando a decisão de Mendes suspendeu o julgamento naquela instância.

Atualmente zerada, a TR beneficia foi estabelecida como critério de correção monetária dos encargos trabalhistas pela reforma trabalhista, aprovada em 2017. Contudo, as decisões da Justiça do Trabalho tendiam a estabelecer a atualização dos débitos pelo IPCA-E.

Para Fernando Cha, advogado trabalhista no Chiarottino e Nicoletti Advogados, "a Justiça do Trabalho entende que tal índice [TR] não é capaz de garantir a recomposição inflacionária em prol do trabalhador e, por isso, vem aplicando o IPCA-E", explica.

Noemia Porto, presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), afirma que a decisão do ministro em estabelecer a TR como forma de correção "revela um déficit democrático invertido, ou seja, tenta-se impor uma decisão pouco debatida, e até mesmo contrária aos consensos que estavam sendo firmados".

"E como se os créditos trabalhistas fossem uma subclasse. E o preço que impôs para fazer prevalecer a sua convicção foi a insegurança jurídica na paralisação dos milhões de processos, quando o esforço do próprio CNJ (Conselho Nacional de Justiça), em meio à pandemia, era de uma justiça que não para. O que se espera agora neste ambiente inusitado de uma decisão proferida, mantida, mas dita modificada, é que rapidamente o plenário do STF possa não referendar essa prática", disse a presidente da Anamatra.

A Anamatra alerta que "o impedimento à Justiça Trabalhista – mesmo que momentâneo – de decidir sobre a atualização dos créditos trabalhistas pelo IPCA também prejudicará a obtenção de soluções consensuais justas e o direito dos próprios trabalhadores a uma atualização adequada".

## Defensoria pede que prazo para solicitação de auxílio emergencial seja estendido

Uma ação civil pública ajuizada pela Defensoria Pública da União (DPU), no sábado (11), pede a prorrogação do prazo para pedido do auxílio emergencial de R\$ 600.

Conforme determinação do governo, o prazo para inscrições se encerrou no último dia 2 de julho.

Depois de muita pressão de diversos setores da sociedade, o governo prorrogou o pagamento do benefício por mais dois meses, mas apenas para os que já recebem o auxílio.

Segundo o defensor regional de direitos humanos da DPU no Ceará, Walker Pacheco, que ajuizou a ação, há um risco de que cidadãos que possuem renda antes de 2 de julho passem a viver em estado de extrema vulnerabilidade social após essa data, tendo, assim, direito ao benefício.

Na ação ele defende que a limitação da data é ilegal, pois a lei "impõe requisitos para a concessão, no entanto, não há previsão expressa de data limite para o seu requerimento". Segundo ele, a imposição de uma data limite "demonstra a insuficiência da devida proteção social, na medida em que desempregados continuarão a ocorrer" mesmo após essa data.

"A imposição irá atingir pessoas potencialmente vulneráveis, como, por exemplo, aqueles que não conseguiram requerer o benefício no prazo informado em razão de problemas estruturais de acessibilidade, impactando sobretudo aqueles

cidadãos que passaram a preencher os requisitos previstos (elegíveis) após a data de 2 de julho de 2020", diz Pacheco. "A presente demanda (...) visa que seja restabelecido e prorrogado o prazo de inscrição, por dois meses para recebimento do benefício em sua totalidade, ou, ao menos, que seja permitida a prorrogação do prazo de requerimento para que o cidadão se habilite para os dois meses de prorrogação, tendo em vista a situação de evidente ilegalidade de imposição de data limite para realização de novos requerimentos", diz a ação.

O defensor argumenta ainda que a estipulação de um prazo representa "clara violação ao princípio da isonomia no decorrer de uma pandemia ainda sem nenhum prazo cientificamente comprovado para terminar no Brasil e no mundo".

A ação enumera diversos fatores que podem ter dificultado ou impedido as pessoas de solicitarem o pedido no prazo, como "problemas estruturais de acessibilidade ao aplicativo da Caixa, de comunidades tradicionais e pessoas que vivem em lugares remotos e isolados, de pessoas que ainda não têm conhecimento que possuem direito ao referido benefício ou, ainda, aqueles que passaram a preencher os requisitos previstos para recebê-lo somente após a data do prazo estipulado pelo Decreto 10.421".

## Bolsonaro vetou trecho da MP que prorroga a desoneração da folha de pagamento

O deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), relator na Câmara da medida provisória que permite a redução da jornada de trabalho e do salário durante a pandemia do novo coronavírus (MP 936), disse, na terça-feira (7), que o veto à prorrogação da desoneração da folha de pagamento das empresas "é um grave erro".

"Vai atingir setores econômicos que empregam milhões de brasileiros num momento crítico, e vai aumentar o desemprego", destacou o parlamentar.

O presidente Jair Bolsonaro sancionou a MP na segunda-feira (6), mas vetou o trecho que previa a prorrogação da desoneração da folha de pagamentos, que atualmente beneficia 17 setores da economia. A desoneração permite que empresas optem por contribuir para a Previdência Social com um percentual que varia de 1% a 4,5% sobre a receita bruta em vez de recolher 20% sobre a folha de pagamento.

"Minha expectativa é que o Congresso Nacional derrube esses vetos. Precisamos fazer da manutenção do emprego uma obsessão", afirmou Orlando.

Atualmente 17 setores são beneficiados por essa desoneração. Entre eles estão Call center, Comunicação, Tecnologia da informação, Transporte, Construção civil e Têxtil. A lei atual prevê que

o benefício da prorrogação será concedido até o fim de 2020. Se os trechos fossem sancionados, a desoneração seria prorrogada até o fim de 2021. O deputado disse esperar que o Congresso derrube o veto e garanta a prorrogação da desoneração.

Segundo o relator da medida no Senado, Vanderlan Cardoso (PSD-GO), empresas dessas áreas dão emprego a mais de 6 milhões de pessoas.

Além desse veto, o presidente cortou ainda outros artigos da MP que beneficiavam os trabalhadores e a economia do país, como o trecho que previa que os trabalhadores sem direito ao seguro-desemprego, dispensados sem justa causa na pandemia, teriam direito ao auxílio emergencial de R\$ 600 por três meses a partir da data da demissão.

Outro artigo vetado é o que dispensava empresas de exigência de cumprimento de nível mínimo de produção para aproveitamento de benefícios fiscais concedidos por prazo certo e em função de determinadas condições.

A medida provisória estava em vigência desde a sua edição. Após ser aprovado pelo Congresso, a MP foi transformada em lei e agora, com os vetos, retorna para análise do legislativo. Para que os vetos sejam derrubados na Câmara e no Senado é preciso a maioria absoluta dos votos das duas Casas.



## Ministro Barroso determina que Bolsonaro adote medidas para proteger indígenas da Covid-19

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso determinou, na quarta-feira (8), que o governo Bolsonaro adote cinco medidas para evitar o avanço do novo coronavírus e mortes em decorrência da Covid-19 entre a população indígena.

A decisão de Barroso é uma resposta à ação apresentada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e de seis partidos políticos (PSB, PSOL, PCdoB, Rede, PT e PDT). As organizações destacaram ao Supremo a omissão de Bolsonaro no combate à pandemia entre os povos indígenas do país.

Um levantamento da Apib mostra que a taxa de letalidade pelo vírus entre indígenas é de 9,6%, ao passo que na população em geral a taxa é de 4%, segundo dados do Ministério da Saúde.

A decisão do STF é expedida no mesmo dia em que Bolsonaro sancionou com muitos vetos a lei 14.021, que prevê medidas de proteção social para prevenção do contágio e disseminação da Covid-19 em territórios indígenas e quilombolas.

Bolsonaro vetou a obrigação do governo de oferecer água potável aos indígenas, vetou a oferta emergencial de Unidades de Terapia Intensiva e leitos hospitalares e também vetou a facilitação do acesso desses povos ao auxílio emergencial e outros benefícios previdenciários.

Na decisão de Barroso, ele não cita a lei 14.021 e afirmou que atuou no caso provocado pelas organizações acima citadas como "facilitador de decisões e de medidas que idealmente devem envolver diálogos com o Poder Público e com os povos indígenas, sem se descuidar, contudo, dos princípios da precaução e da prevenção".

"Não há que se falar em interferência do Judiciário sobre Políticas Públicas, mas, sim, em mera implementação judicial de norma federal que não está sendo observada pelo Poder

Executivo", disse o ministro. Veja as 5 medidas determinadas pelo ministro do STF:

- **Sala de situação:** Que o governo federal instale Sala de Situação para gestão de ações de combate à pandemia quanto a povos indígenas em isolamento ou de contato recente, com participação das comunidades, por meio da APIB, Procuradoria-Geral da República e Defensoria Pública da União. Os membros deverão ser designados em 72 horas a partir da ciência da decisão, e a primeira reunião virtual deve ser convocada em 72 horas depois da indicação dos representantes;

- **Barreiras sanitárias:** Que em 10 dias, a partir da ciência da decisão, o governo federal ouça a Sala de Situação e apresente um plano de criação de barreiras sanitárias em terras indígenas;

- **Plano de enfrentamento da covid-19:** Que o governo federal elabore em 30 dias, a partir da ciência da decisão, com a participação das comunidades e do Conselho Nacional de Direitos Humanos, um Plano de Enfrentamento da Covid-19 para os Povos Indígenas Brasileiros. Os representantes das comunidades devem ser definidos em 72 horas a partir da ciência da decisão;

- **Contenção de invasões:** Que o governo federal inclua no Plano de Enfrentamento e Monitoramento da Covid-19 para os Povos Indígenas medida de contenção e isolamento de invasões em relação a terras indígenas. Destacou, ainda, que é dever do Governo Federal elaborar um plano de desinstituição e que se nada for feito, voltará a tema.

- **Subsistema indígena:** Que todos os indígenas em aldeias tenham acesso ao Subsistema Indígena de Saúde, independente da homologação das terras ou reservas; e que os não aldeados também acessem o subsistema na falta de disponibilidade do SUS geral.

## Senadores norte-americanos: “Governo boliviano persegue opositores para se perpetuar”

Sete senadores norte-americanos enviaram nesta semana uma carta ao secretário de Estado dos EUA, Michael Pompeo, em que afirmam estar “cada vez mais alarmados pelo crescente número de violações de direitos humanos e restrição de direitos civis” praticados na Bolívia pelo governo de Jeanine Añez, que tem “buscado vingar-se dos opositores políticos e perpetuar-se no poder”.

Na avaliação dos senadores democratas, “é preciso defender que se faça gestões no sentido de garantir eleições rápidas, livres e justas, sem perseguições, no próximo dia 6 de setembro”. “Depois de assumir o poder, Añez prometeu que não iria concorrer à presidência, mas logo depois se desdisse e iniciou uma campanha pela presidência, piorando a polarização na Bolívia e aumentando os riscos de um conflito político renovado e mais violência”, denunciaram.

Assinado pelos senadores Christopher Murphy, Patrick Leahy, Benjamin Cardin, Tim Kaine, Bernar Sanders, Chris Van Hollen, Eduar Markey, o documento esclarece que as perseguições são brutais e constantes: “os protestos que se seguiram foram tratados com ações repressivas que resultaram na morte de 36 pessoas, 833 feridos e 1.504 detidos pelas forças militares e policiais”. “Nos povoados de Senkata e Sacaba, em episódios caracterizados como massacres pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, se acredita que as Forças Armadas mataram 20 pessoas. A maioria destas ações foram respaldadas por um decreto presidencial (logo rescindido por Añez, sob pressão) que concedia imunidade aos membros das forças da ordem que participaram do ataque”.

### VIOLAÇÃO DA LIBERDADE

Conforme a agência de notícias Andean Infonet, os parlamentares alertaram ainda para as violações das liberdades civis realizadas sob pretexto do combate à pandemia, apontando que “em abril e maio, o governo interino emitiu um par de decretos estabelecendo que aquelas pessoas que ‘desinformem ou gerem incertezas na população’ em relação à covid-19 estariam violando a legislação criminal e sujeita à prisão por até dez anos”. Desta forma, exemplificaram, “o ministro do governo Arturo Murillo anunciou em abril o que chamou de ‘patrulha cibernética’ operada pelas forças armadas, pela polícia e seus funcionários para identificar e processar os acusados de disseminar ‘informações falsas’ durante a pandemia de coronavírus”.

Como recordaram os senadores, a organização Human Rights Watch considerou que tais decretos “são um dos casos mais eloquentes de um governo que se aproveita ao máximo da crise da saúde e da pandemia global para perseguir líderes da oposição e restringir as liberdades fundamentais”. “O Escritório do Alto Comissariado para os Direitos Humanos (OHCHR) na Bolívia alertou que era necessário modificar os decretos ‘para não criminalizar a liberdade de expressão’. Diante de tais críticas, o governo interino recuou e retirou as duas deliberações. No entanto, resta ver como o governo lidará com os casos de muitos indivíduos que foram presos, processados e sentenciados sob esses dois decretos”.

### PRISÕES SUPERLOTADAS

Outro ponto extremamente grave denunciado pelos senadores estadunidenses é que “em circunstâncias normais, as prisões bolivianas já estão severamente superlotadas e inseguras para as pessoas privadas de liberdade e que em meio à crise da covid-19 se tornaram ainda mais perigosas”. “Quase dois terços das pessoas privadas de liberdade são encarceradas em detenção preventiva e sem condenação final. Embora o governo tenha proposto e a legislatura tenha confirmado uma iniciativa limitada de perdão e anistia, apenas uma pequena porcentagem de prisioneiros elegíveis foi libertada. Pelo menos uma prisão em Santa Cruz sofreu um motim como resultado de condições perigosas e medo do contágio pelo coronavírus e a Bolívia registrou um número crescente de infecções entre as pessoas na prisão”.

“Sem uma mudança imediata de rumo pelo governo interino, tememos que os direitos civis básicos na Bolívia continuem sendo enfraquecidos e que se coloque em perigo a legitimidade das próximas eleições”, concluiu o documento.

## Relator da ONU critica Bolsonaro por manter os despejos na pandemia

O relator da ONU sobre o direito à moradia, Balakrishnan Rajagopal, condenou nesta quinta-feira o governo brasileiro por cruzar os braços diante dos despejos, mesmo em meio ao crescimento da pandemia. A acusação ao comportamento de Bolsonaro foi feita no Conselho de Direitos Humanos da ONU, atendendo à solicitação dos movimentos de moradia de São Paulo.

Apontando a realização de ações de despejo desde março, com a expulsão de mais de 2.000 famílias paulistas de suas casas, o especialista alertou que “milhares de outras estão em risco nas cidades e interior” do país. “O Brasil tem o dever de proteger urgentemente todos, especialmente as comunidades em risco, da ameaça da Covid-19, que afetou mais de um milhão e meio de pessoas no país e matou mais de 70.000”, ressaltou. Segundo Rajagopal, “desalojar forçosamente pessoas de suas casas nesta situação, independentemente do status legal de seu arrendamento, é uma violação de direitos humanos”.

Mesmo que alguns tribunais tenham suspenso as ordens de des-

pejo até que a violenta crise sanitária termine, outros continuam emitindo ordens, em flagrante violação a este direito elementar. “As autoridades locais também parecem priorizar a reintegração de posse de propriedades pertencentes a grandes empresas e proprietários de terra em detrimento da saúde e segurança das pessoas vulneráveis”, alertou.

Além disso, ponderou Rajagopal, tais medidas entram em conflito com ações para evitar a propagação da doença. “O Ministério da Saúde brasileiro pediu às pessoas que ficassem em casa se tivessem sintomas, que lavassem bem as mãos e que mantivessem distância física para evitar o contágio. Ao mesmo tempo, centenas de famílias foram despejadas em São Paulo sem nenhuma acomodação alternativa, o que as impossibilita de cumprir as recomendações oficiais e as torna em alto risco de contágio”, acrescentou.

Para o especialista da ONU, é preocupante o veto de Bolsonaro a um esforço do Congresso Nacional para limitar a gravidade do impacto dos despejos.

Leia matéria na íntegra em: [www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)

# Harvard aciona Trump por ameaçar de expulsão estudantes estrangeiros



“Ato de Trump ignora cuidados com a saúde”, afirma reitor da Universidade de Harvard

## Deputados chilenos se insurgem contra o projeto de Piñera de privatizar a TV Nacional

A Comissão de Cultura, Arte e Comunicação da Câmara dos Deputados do Chile aprovou moção declarando como “patrimônio material e cultural do Estado os bens imóveis destinados ao uso da empresa Televisão Nacional de Chile (TVN), essenciais para o desenvolvimento da sua função pública”.

Apresentada pelo presidente da Comissão, deputado Amaro Labra, do Partido Comunista, a iniciativa aprovada esta semana fortalece o projeto que dá um passo fundamental não só para barrar a venda do histórico prédio, anunciada pelo governo de Sebastián Piñera, como a própria privatização da emissora pública.

Sobre o projeto, Labra assinalou que “o prédio da TVN faz parte da memória coletiva de nosso país, espaço que é palco de várias produções audiovisuais há quase 50 anos”. Sua possível venda, alertou, “significaria uma perda inestimável para a nossa cultura democrática”. “A partir de agora

acreditamos que o processo avançará rapidamente para fortalecer a ideia de não privatizar o canal”, afirmou.

A decisão do governo vinha sendo fortemente criticada por especialistas em direito à informação, por trabalhadores do canal e organizações como o Colégio de Jornalistas do Chile, entidade que representa o conjunto da categoria.

Integrante da Comissão de Cultura, a deputada Marisela Santibáñez, reforçou a ideia de avançar numa maior proteção dos meios públicos e assim evitar sua lenta desapareção, tal como ocorreu com o jornal La Nación, que se concretizou em janeiro de 2014, um mês antes do final do primeiro governo de Piñera. “O que o país necessita é avançar em pluralismo e diversidade, como forma de assegurar a entrega de conteúdos verazes e responsáveis para os cidadãos. A democracia se fortalece com meios de comunicação públicos”, frisou.

Para Javier Olivas, professora e coordenadora do Programa de Liberdade de Expressão da Universidade do Chile, “não só o governo como

amplos setores do establishment político neoliberal, há muito tempo vêm querendo privatizar a TVN”.

“Isso, quando todos países, em meio à pandemia, falam em fortalecer seus Estados e sistemas públicos de comunicação, o governo busca acabar de matá-los”, disse.

Com observou Javier, que já liderou o Colégio de Jornalistas, “a infraestrutura da TVN é um bem que pertence a todos os chilenos e, no meio de uma situação de pandemia ou crise social como a que estamos vivendo, mais do que nunca é importante ter informação de qualidade, educativa, justa e inclusiva”. “Pertence, assim como muitas outras ativistas, jornalistas, comunicadores e dirigentes sociais, ao Comitê de Defesa da Televisão Pública (CDT). E o que temos proposto é claro: ampliar a discussão política e social para refundarmos o sistema de meios públicos e construir plataformas de mídia com um espectro amplo, social e diverso, para que cumpra o seu papel, íntegro e dê voz a todo o Chile”.

## Lewis Hamilton se manifesta contra o racismo ao erguer o punho no pódio

No pódio do Grande Prêmio da Estíria, na Áustria, na manhã de domingo, 12, Lewis Hamilton, seis vezes campeão da Fórmula 1, levantou o punho, inspirado no movimento dos norte-americanos medalhistas olímpicos Tommie Smith e John Carlos, que deixaram marcado o sinal dos “Panteras Negras”, movimento norte-americano surgido em defesa da comunidade negra, nos Jogos Olímpicos do México de 1968.

Vencedor dessa etapa, o inglês Lewis Hamilton agradeceu à equipe Mercedes pelo apoio nas redes sociais. O piloto disse que viu com bons olhos o gesto de mecânicos da RBR, que se ajoelharam no grid antes da largada, mas cobrou que a equipe da Ferrari, assim como a Fórmula 1, adotem um posicionamento contínuo contra o racismo, que deve ir muito além de manifestações pontuais nas corridas.

“Juntos, nós lutamos. A equipe hoje ficou de joelhos, o que foi incrível ao ver que juntos podemos aprender; ter a mente aberta e consciente sobre o que está acontecendo no mundo. Hoje vencemos, mas ainda temos um longo caminho a percorrer. Muito obrigado a todos da minha equipe, aqui na pista e na fábrica. Espero que vocês tenham orgulho do que estamos defendendo e alcançando juntos. Um enorme agradecimento a todos vocês, agradeço todo o seu apoio e suas mensagens positivas, vocês me motivaram a continuar”, disse Hamilton.

Em 1968, ano que foi marcado por lutas sociais no mundo, aconteceu a cerimônia de premiação das Olimpíadas da Cidade do México. Em abril daquele ano, nos Estados Unidos, o líder negro Martin Luther King tinha sido assassinado,



Piloto repete o gesto dos atletas olímpicos de 1968

o que foi respondido por uma grande mobilização na luta pelos direitos dos negros. Em maio, na França houve grandes protestos estudantis e operários. E em vários lugares do mundo houve muitas manifestações. Foi nesse cenário que Tommie Smith e John Carlos ganharam respectivamente medalha de ouro e bronze na prova dos 200 metros rasos. Os dois subiram ao pódio erguendo o punho fechado com luvas pretas, saudação utilizada pelo movimento Black Power e pelos Panteras Negras.

O gesto teve grande repercussão. Os dois acabaram expulsos dos Jogos, sob alegação de terem usado a plataforma olímpica para um protesto político norte-americano. Ainda assim, a imagem da dupla com os punhos erguidos ficou para sempre registrada na história das Olimpíadas.

No domingo, em mais uma manifestação de oposição ao racismo, Hamilton se ajoelhou, antes da prova, vestindo a camiseta com a mensagem “Vidas Negras Importam”. Ele foi acompanhado por 13 dos 20 colegas, momentos antes do início da corrida do GP. A

televisão registrou também os mecânicos de outro piloto, Max Verstappen, da RBR, se ajoelhando, enquanto que somente o próprio piloto preferiu permanecer de pé.

Os pilotos Charles Leclerc, Kimi Raikkonen e Daniil Kvyat acompanharam o gesto de Hamilton.

Após a vitória, o britânico ergueu o punho cerrado no pódio ao lado de Stephanie Travers, do Zimbábue, engenheira de combustíveis da Petronas, principal patrocinadora da Mercedes, a nona mulher a ser indicada para participar da recepção do troféu pela equipe vitoriosa – e a primeira negra – escolhida para receber o prêmio.

“Vimos alguns mecânicos da RBR se ajoelharem, o que eu acho que é ótimo... Mas, se você olhar para a Ferrari, que tem milhares de pessoas trabalhando com eles, eu não ouvi uma palavra sequer deles dizendo que se responsabilizam e que isso é algo que eles vão fazer em seu futuro. E nós precisamos que as equipes façam isso”, declarou o piloto.

Leia matéria na íntegra em: [www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)

A Universidade de Harvard e o Instituto MIT, assim como o Estado da Califórnia, entraram com ações contra norma que ameaça retirar o visto dos estudantes estrangeiros que, na pandemia, não frequentarem aulas presenciais

A Universidade de Harvard e o Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT) entraram com uma ação contra o governo de Donald Trump, na quarta-feira, 8, após uma norma administrativa que poderia obrigar os estudantes estrangeiros a abandonar o país se as instituições educativas autorizarem aulas à distância.

O Serviço de Imigração e Alfândega (ICE) notificou as universidades, na segunda-feira, 6, que os estudantes terão que sair dos EUA ou transferir-se para outra instituição se as escolas em que estão matriculados operarem completamente à distância no próximo semestre. Segundo a normativa não se emitirão novos vistos para os alunos dessas escolas, enquanto que aqueles inscritos em universidades que oferecem uma mistura de aulas presenciais e à distância não poderão optar só pelas dadas por Internet.

A decisão do governo assinala que os estudantes estrangeiros não estarão isentos inclusive se um surto de Covid-19 obrigar a que as aulas sejam virtuais durante o semestre.

A ação das universidades, apresentada no Tribunal dos Estados Unidos para o Distrito de Massachusetts, pretende bloquear a medida oficial argumentando que violenta a Lei de Procedimentos Administrativos.

“Defenderemos este caso com vigor para que nossos estudantes internacionais – e estudantes internacionais de instituições de todo o país – possam continuar seus estudos sem a ameaça da deportação”, disse o reitor de Harvard, Lawrence Bacow, no portal da instituição. “A ordem chegou sem prévio aviso; sua crueldade é superada só pela sua insensatez”, afirmou em mensagem em que acrescentou que considera a medida ilegal.

“Parece que foi desenhada a propósito para pressionar as universidades com a finalidade de que abram seus campi para aulas presenciais neste outono, ignorando as preocupações sobre a saúde e a segurança dos estudantes, professores e outros”, assinalou Bacow.

Ao defender a decisão das instituições educativas de ditar aulas não presenciais para evitar novos focos de contágio, o reitor de Harvard afirmou que EUA bate recordes diários de novas infecções, com mais de 3,3 milhões de casos confirmados, 600 mil dos quais desde 1º de julho.

Já o MIT só oferecerá aulas presenciais para um número muito limitado de estudantes. No campus, os jovens deverão fazer testes de diagnóstico pelo menos duas vezes por semana e ter seu próprio dormitório.

A Universidade de Georgetown, em Washington DC, e a de Rutgers, em Nova Jersey, fizeram anúncios similares nesta semana em meio de um aumento de casos de Covid-19. A Universidade de Minnesota anunciou que revisará seus planos para o próximo semestre e fará tudo para garantir que os estudantes estrangeiros não sejam obrigados a deixar o país.

Trump, que pretende ser reeleito em 3 de novembro, pressiona em todas as frentes para que o país ignore a pandemia que está longe de estar sob controle e retome normalmente suas atividades sob o pretexto de reativar a economia a qualquer custo.

### CALIFÓRNIA

O procurador-geral do Estado da Califórnia, Xavier Becerra, entrou com uma ação contra a medida de Trump que pretende obrigar os estudantes estrangeiros a deixarem o país se as instituições educativas autorizarem aulas à distância durante a pandemia do coronavírus.

“Que vergonha para o governo Trump por não apenas ameaçar as chances dos estudantes irem para a faculdade, mas também sua saúde e bem-estar, forçando-os a frequentar fisicamente as aulas em grupo, apesar da pandemia da Covid-19”, escreveu Becerra em

declaração, na quinta-feira (9).

O Serviço de Imigração e Alfândega (ICE) notificou às universidades, na segunda-feira, 6, que os estudantes terão que sair dos EUA ou transferir-se para outra instituição se as escolas em que estão matriculados operarem completamente à distância no próximo semestre. Segundo a normativa não se emitirão novos vistos para os alunos dessas escolas, enquanto que aqueles inscritos em universidades que oferecem uma mistura de aulas presenciais e à distância não poderão optar só pelas dadas por Internet.

A medida, que afeta milhares de estudantes na Califórnia é considerada “ilegal” por Xavier Becerra.

Em comunicado, a presidente da Universidade da Califórnia, Janet Napolitano, chamou a ordem de “mesquinha, arbitrária e prejudicial aos Estados Unidos”.

“Essa ordem caprichosa e ilegal do governo federal” mergulhou os estudantes estrangeiros em ansiedade e incerteza mais profundas, disse Napolitano. “É ilegal, desnecessária e insensível”, insistiu.

John A. Pérez, presidente do Conselho de Regentes da Universidade da Califórnia, afirmou que a instituição aumentou o ensino online e diminuiu as aulas físicas a fim de proteger a saúde dos estudantes em meio à pandemia da COVID-19. “É imperativo entrar com essa ação para proteger nossos estudantes”, frisou.

“Para os estudantes estrangeiros da nossa Universidade, eu digo: ‘Nós apoiamos vocês e lamentamos o caos adicional que a ação do ICE causou’. Para os tribunais, eu digo: ‘Somos a Universidade da Califórnia. A Universidade da Califórnia conhece a ciência, a Universidade da Califórnia conhece a lei e abordamos as duas de boa-fé. Nossos oponentes mostraram repetidamente que não’”, declarou Pérez.

A Califórnia, o estado mais populoso dos Estados Unidos, está vivendo no momento atual um dos principais surtos do coronavírus no país. Atualmente são registrados mais de 8.000 novos casos por dia, totalizando mais de 300.000.

“Estamos em uma situação muito difícil”, disse na quinta-feira, 9, o especialista em doenças infecciosas Anthony Fauci, consultor da Casa Branca para a crise do coronavírus.

A reabertura do país ocorreu “pulando todas as etapas recomendadas. Não é a maneira correta de fazer isso, precisamos repensá-la e fazê-la de maneira diferente”, criticou o especialista durante uma teleconferência organizada pelo jornal The Hill.

“Os Estados devem interromper seu processo de fim do confinamento”, disse, mas acrescentou que não considera necessário “retornar a um isolamento completo”.

O presidente Donald Trump não só ignora essa realidade como busca desautorizar Fauci. “Pela enésima vez, a razão pela qual temos tantos casos, em comparação a outros países que não se saem muito melhor do que nós, é que estamos muito mais e melhor”, desconfessou no Twitter.

O engenheiro brasileiro Jean Ribeiro teve que interromper seu trabalho em modelos computacionais nos quais estuda a aerodinâmica de aviões para se informar, em detalhe, sobre a decisão do governo Trump que pode forçá-lo a deixar os Estados Unidos dentro de poucas semanas. Ele ainda tem mais dois anos para concluir seu doutorado na Universidade da Califórnia.

“Se voltarem as aulas normalmente agora vai ser crítico, porque serão milhares de alunos fechados em prédios com ar condicionado. O risco de contágio é enorme. Ao mesmo tempo, sem os alunos de fora, a universidade pode até quebrar, além de sermos mandados embora e perdermos tudo o que fizemos até aqui”, resumiu Ribeiro em reportagem da BBC.

Ribeiro é um dos cerca de 20 mil brasileiros que estudam nos Estados Unidos e podem ser diretamente prejudicados por uma alteração nas regras de visto acadêmico.

## Papa denuncia “inferno dos campos de concentração para os imigrantes na Líbia”

Recordando os sete anos da viagem realizada à ilha italiana de Lampedusa, sua primeira visita fora do Vaticano como papa, Francisco denunciou nesta quarta-feira “o inferno” vivido pelos migrantes líbios e fez uma conclamação para que o mundo termine com a sua tragédia.

“Penso na Líbia, nos campos de detenção, nos abusos e na violência que sofrem os migrantes, nas viagens sem segurança, esperando o salvamento e sendo repelidos”, declarou o papa, frisando que o destino de milhares de homens, mulheres e crianças continua extremamente sombrio. “A guerra é ruim, sabemos, mas vocês não imaginam o inferno que se vive lá, nesses campos de detenção”, frisou Francisco, utilizando a palavra alemã para “campos de concentração”.

Na cerimônia celebrada na capela Santa Marta com um número limitado de participantes, devido à pandemia, o papa exortou as autoridades e católicos a “fazerem um exame de consciência” e denunciou a “versão destilada” que chega a todos, abrandando o imenso sofrimento vivenciado pelos migrantes.

“Lembro-me daquele dia. Alguns me contaram suas próprias histórias, o quanto sofreram para chegar ali. E havia intérpretes. Alguém me contava coisas terríveis em seu idioma, e o intérprete parecia traduzir bem; mas o primeiro falou muito, e a tradução foi breve”, contou Francisco, sem ser fiel à gravidade dos fatos. No mesmo dia, mais tarde, relatou, “encontrei uma filha de etíopes que entendia o idioma e assistiu o encontro pela televisão”. “E ela me disse isso: ‘Desculpe, o que o tradutor lhe disse não é nem um quarto da tortura, do sofrimento que eles experimentaram’”, acrescentou. E esta versão “filtrada” é “minimizadora”, lamentou.

O papa defendeu que é preciso pôr fim à “globalização da indiferença”, também explicitada na multiplicação de mortes no mar do Mediterrâneo.

Para conter o fluxo de migrantes, a Itália e a União Europeia têm investindo milhões de euros na guarda costeira da Líbia para aumentar sua capacidade de patrulhar suas costas. Este comportamento, denunciaram as entidades defensoras dos direitos humanos, os tornam cúmplices das barbaridades praticadas.



Francisco condena maus-tratos a imigrantes

## Ceder à pressão dos EUA contra 5G da Huawei trará “atraso e custos” ao Brasil

Em entrevista à Reuters, Motta destacou que a medida “só vai atrasar o Brasil, impactando os preços de infraestrutura para operadoras, provedores regionais de internet e os consumidores”.

O executivo denunciou os reiterados esforços de Trump para limitar o papel da empresa chinesa – há 22 anos em operação no país – no desenvolvimento da nova geração de rede de alta velocidade, e lembrou que, em lugares onde houve restrições para sua expansão, “vimos incrementos de preço em infraestrutura para operadoras de duas a cinco vezes, muitas vezes inviabilizando os negócios”.

Em todo o mundo, a empresa chinesa investiu cerca de 4 bilhões de dólares em 5G, entre 2009 e 2019, e agora planeja fabricar localmente sua nova tecnologia em uma de suas duas unidades de produção. No Brasil, a Huawei tem cerca de 40% dos componentes ofertados atualmente manufaturados em Sorocaba (SP) e em Manaus (AM).

# OMS defende ‘solidariedade para salvar vidas e conter a pandemia’



Tedros Ghebreyesus: “Não podemos vencer esta pandemia com um mundo dividido”

## Cônsul da China responde a violadores de direitos humanos: EUA e Inglaterra

LI YANG,  
Cônsul-geral da China  
no Rio de Janeiro\*

Recentemente, os EUA, o Reino Unido e alguns outros países cheios de ignorância e preconceito em relação à China, vêm aproveitando-se das questões de Hong Kong e da Covid-19 para acusar a situação dos direitos humanos na China. Sendo os mais brutais violadores de direitos humanos na história, aqueles países não possuem nenhuma qualificação para falar dos direitos humanos da China.

A não muito longa história dos EUA desde a sua fundação começou com a pilhagem, expulsão e matança dos índios. Segundo as estatísticas, após séculos de massacres cruéis, a população dos índios nativos do território norte-americano caiu de 5 milhões em 1492 para 250.000 hoje em dia! Como disse o ex-presidente Jimmy Carter, os EUA são o país mais beligerante do mundo.

Nos seus mais de 240 anos de história, apenas 16 deles foram vividos sem guerra. A maioria dessas guerras foi iniciada pelos EUA. Nos últimos anos, nas guerras e operações militares lançadas pelos EUA contra o Afeganistão, a Iugoslávia, o Iraque, a Líbia e a Síria, um grande número de civis morreu ou foi ferido. Somente a Guerra no Iraque em 2003 matou 655.000 iraquianos.

Os direitos humanos estadunidenses são constantemente ridicularizados pelas ocorrências frequentes de tiroteio. Segundo as estatísticas oficiais dos EUA, 100.000 pessoas são vítimas de armas

de fogo no país a cada ano, dentre as quais 30.000 são levadas a óbito. No último Dia da Independência, ocorreram nos EUA centenas de casos de tiroteios, matando mais de 120 pessoas.

Existe séria desigualdade e discriminação racial nos EUA. Nos últimos anos, mais de 50% dos mortos pela polícia norte-americana eram afro-americanos ou hispânicos. Apesar de representarem 37% da população total, os americanos de cor correspondem a 67% dos encarcerados. O assassinato do afro-americano George Floyd pela polícia desencadeou novos protestos em larga escala. Todos estes fatos expõem manifestamente a discriminação racial sistêmica nos EUA, na qual as minorias “não conseguem respirar”.

De acordo com as estatísticas, nos EUA, mais de 567.000 pessoas estavam desabrigadas em 2019. Até 2018, a taxa da população sem proteção do sistema de saúde subiu para 13,7% e cerca de 7 milhões de pessoas perderam o plano de saúde. Os EUA são o único país desenvolvido com milhões de pessoas passando fome. No mesmo ano de 2018, havia 39,7 milhões de pessoas pobres no país, incluindo 12,8 milhões de crianças. O tratamento de imigrantes tornou-se cada vez mais desumano. Entre julho de 2017 e o final de 2018, o Serviço de Imigração e Naturalização dos EUA forçou a separação de mais de 5.400 crianças dos seus pais na fronteira.

O disfarce dos direitos humanos dos Estados Unidos foi desmascarado pelo

seu catastrófico desempenho no combate à Covid-19. Os políticos norte-americanos colocam considerações econômicas, interesses partidários e políticas eleitorais acima da segurança e saúde do seu povo. Até agora, mais de 3,1 milhões de casos foram confirmados e 130.000 pessoas morreram de COVID-19, o que corresponde a, aproximadamente, 387 mortes por milhão de pessoas, respectivamente 36, 27 e 129 vezes os números da China. Além disso, acontecem lá tragédias tais como a recusa de tratamento médico a muitos idosos infectados e a muitas pessoas sem cobertura de plano de saúde! Os EUA até exportam o novo coronavírus através da repatriação de imigrantes ilegais!

O Reino Unido é outro defensor hipócrita dos direitos humanos. Quantos povos indígenas das Américas, Austrália, África e Ásia foram massacrados pelos britânicos durante toda a era colonial? Receio que eles mesmos nem consigam contar! Foi o Reino Unido que iniciou em meados do século XVI o criminoso tráfico de escravos que durou por séculos. Hoje é difícil calcular quantos africanos foram vendidos como escravos para o mundo inteiro e quantos morreram a bordo de navios negreiros!

\*Matéria originalmente publicada no portal Intertelas com o título “Como os violadores de direitos humanos têm qualificação para acusar a situação de direitos humanos na China?”

Leia íntegra do texto em [www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)

## Após 135 mil mortos de Covid, Trump aparece de máscara

Depois de 3,3 milhões de infectados de coronavírus nos EUA e 135 mil mortes, o presidente Donald Trump resolveu usar em público, pela primeira vez, uma máscara facial, como as autoridades médicas recomendam. Sua primeira aparição, com uma máscara negra, ocorreu durante visita ao principal hospital militar dos EUA, o Walter Reed.

A inusitada aparição, em se tratando de Trump, foi acolhida pelas redes sociais com bem humorados comentários que, de máscara facial negra, o presidente estava mais para “Darth Vader” ou o serial-killer “Hannibal” do que para o Cavaleiro Solitário.

De acordo com as agências de notícias, a delegação de mascarados percorreu as dependências do Walter Reed com toda a pompa. A caminho do hospital, Trump havia assegurado que “nunca foi” contra o uso de máscara.

Acreditava, isso sim, que haveria “uma hora e um lugar”. A “hora” deve ser uma referência sutil à rejeição, manifestada em inúmeras pesquisas de opinião, da maioria dos norte-americanos à forma como ele se porta diante da pandemia.



Trump usa máscara pela 1ª vez em visita a Hospital Militar

Ou uma admissão de que, quando a pandemia saiu do controle, a quatro meses das eleições, e depois de o próprio Trump pressionar geral para reabrir de qualquer jeito, alguma concessão – melhor dizendo, encenação – se faz premente.

Disse Trump que, quando se está falando em um hospital para um monte de soldados e gente que, em alguns casos, acabaram de sair de uma mesa de operação, “é uma grande coisa usar uma máscara”.

A nova “explicação” pelo menos faz algum sentido, ao contrário de declarações anteriores dele, como a de que a Covid seria “uma gripe comum”, “que passaria com

“A maior ameaça que enfrentamos agora não é o vírus em si. Antes de tudo, é a falta de liderança e solidariedade em níveis mundial e nacional”, afirma Tedros Ghebreyesus, diretor-geral da OMS

O diretor geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom Ghebreyesus, advertiu de Genebra que a pandemia continua “fora de controle”, mas sublinhou que esta crise sanitária provocada pelo Covid-19 é uma oportunidade única para que haja “solidariedade global e liderança mundial”.

“Este é um momento para a autorreflexão, para olharmos o mundo em que vivemos, e para encontrarmos formas de fortalecer nossa colaboração na medida em que trabalharmos juntos para salvar vidas e controlar esta pandemia”, disse, acrescentando que “juntos, agora temos uma oportunidade única nesta geração para demonstrarmos mutuamente que podemos ser maiores que a soma de nossas partes”.

Visivelmente emocionado e pausadamente, afirmou: “Esta é uma tragédia que... de fato... está nos forçando a sentir falta de muitos de nossos amigos. Perdendo-se vidas... E não podemos enfrentar esta pandemia como um mundo dividido”.

Reconhecendo que não estava pronunciando um “informe padrão” que marca um espaço e “se coloca em uma prateleira para que acumule pó”, Adhanom inquiriu: “Por que é tão difícil para os humanos unirem-se para lutar contra um inimigo comum que mata pessoas indiscriminadamente? Somos incapazes de reconhecer nosso inimigo comum?”

## Professores recusam a Trump abertura de escolas com Covid fora de controle

Pediatras, professores e administradores escolares rechaçaram na sexta-feira a pressão do presidente Trump para reabrir completamente as escolas dos EUA em plena escalada de casos de coronavírus, afirmando que a ciência, não a política, deve guiar essa decisão. Trump chegou a ameaçar cortar o financiamento federal das escolas.

“As agências de Saúde Pública devem fazer recomendações com base nas evidências, não na política”, assinalaram a Academia Americana de Pediatras (AAP), dois sindicatos nacionais de professores e uma entidade de superintendentes de escolas.

“Devemos deixar que os experts em saúde nos digam que hora é a melhor para reabrir os prédios escolares, e ouvir de nossos educadores e administradores como fazer isso, disseram em uma declaração conjunta a AAP, a Federação Americana dos Professores, a Associação Nacional da Educação e a Associação de Superintendentes escolares.

Esta semana, o total de infectados pela Covid nos EUA superou a marca dos 3 milhões e a pandemia está fora de controle em muitos estados, inclusive alguns dos mais populosos.

A conclamação deles foi ecoada por duas entidades médicas – a Sociedade de Doenças Infecciosas da América e a Associação da Medicina em HIV. Normalmente, o ano letivo nos EUA tem início em setembro.

As entidades de pediatras, professores e administradores de escolas convocaram o Congresso a prover mais recursos para que as escolas possam reabrir com segurança, e classificaram a ideia de corte de verbas como um

“enfoco equivocado”. Durante a semana, jornais dos EUA revelaram que Trump, para tentar impor a reabertura das escolas de qualquer jeito, havia entrado em confronto com os infectologistas acionados pela Casa Branca contra a pandemia. Ele havia ficado possesso com as recomendações apresentadas pelo Centro de Controle de Doenças (CDC) sobre a reabertura e mandou que fossem refeitas, por estarem supostamente rígidas demais.

O Dr. Anthony Fauci, principal especialista dos EUA na questão, disse que o país “estava com os joelhos enfiados na primeira onda” da pandemia. De acordo com as postagens de Trump, é tudo uma conspiração dos democratas para manter as escolas e a economia fechadas, e atrapalhar suas chances de reeleição.

A ameaça no Twitter às escolas repete o tom fascista das últimas declarações de Trump. Ele asseverou que “demasiadas universidades e sistemas escolares são sobre doutrinação da Esquerda Radical, não educação”.

A quem não se submeter, como ele esclarece na postagem, a ordem que deu ao Departamento do Tesouro é “reexaminar o status de isenção de impostos e/ou financiamento das escolas, que devem ser tirados se esta Propaganda ou Ato Contra a Política Pública continuar”. Nossas crianças devem ser Educadas, não Doutrinadas!”.

Sabe como é: repúdio ao racismo é doutrinação; exaltação de bandeira de escaravagista é “educação”. Só que o repúdio ao racismo está avançando no país inteiro, não só nas escolas.

Leia mais em [www.horadopovo.com.br](http://www.horadopovo.com.br)

# O saneamento básico do PT

A declaração do líder do PT no Senado (na votação da medida provisória do marco regulatório do saneamento) foi coerente com a política real do PT, quando está no governo. A reação posterior ao voto do senador Cid Gomes foi, entretanto, coerente com a política do PT, quando está fora do governo. Nessas horas, qualquer coisa serve, a Lula e ao PT, para tentar obter hegemonia, às custas de difamar a posição das outras forças políticas. Em especial, difamar a posição das forças progressistas

CARLOS LOPES

A celeuma, aprontada principalmente pelo PT, sobre o voto do senador Cid Gomes (PDT-CE) no substitutivo Jereissati à medida provisória do marco regulatório do saneamento, é uma daquelas irracionalidades que, em política, atendem pelo nome de oportunismo.

A acusação de que o senador Cid Gomes votou a favor da “privatização da água” não é apenas falsa; é, também, cinica.

Desde quando o PT foi adversário da privatização da propriedade pública?

Desde que Dilma privatizou os aeroportos de Guarulhos, Viracopos e Brasília – oferecendo dinheiro do BNDES aos acionistas da propriedade pública?

Ou desde que Lula foi tranquilizar Emílio Odebrecht, prometendo frear a Petrobrás na área da petroquímica, para que o Grupo Odebrecht, através da Braskem – e às custas da estatal, obrigada a vender nafta a preço subsidiado para o amigo de Lula – mantivesse um monopólio privado dentro do país?

[Para os leitores que ainda não conhecem a história, rigorosamente documentada por Malu Gaspar: “Logo no começo da campanha, quando Lula disse que estava contando com o apoio da Odebrecht, o empreiteiro foi direto: ‘Chefe, eu gostaria de ver se temos alinhamento pleno com referência a esse negócio da petroquímica. A Petrobras quer estatizar.’ Lula reagiu enfático. ‘Emílio, você me conhece, você nem precisava fazer essa pergunta, porque eu não sou de estatizar.’ O empreiteiro não se deu por satisfeito. ‘Chefe, eu vou na confiança do que o senhor está me dizendo agora, porque sua estrutura não é assim que pensa...’ Lula esboçou um sorriso e encerrou o assunto. ‘Quem manda sou eu’. (...) Lula fazia o possível para deixar Emílio tranquilo. Chegou até a assumir o compromisso de consultar a Odebrecht cada vez que o governo fosse fazer um movimento importante no setor.” (v. Malu Gaspar, **História de uma amizade**.)]

## A DECLARAÇÃO DE CID

O voto do senador Cid Gomes na questão do saneamento, pelo contrário – e até porque foi público – nada tem a ver com esse conchavo lulista-privatista.

No último dia 24 de junho, durante a votação do marco regulatório do saneamento, o senador, em nome do líder do PDT, disse o seguinte:

**SENADOR CID GOMES** (para orientar a bancada): “Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o nosso grande líder Weverton [Rocha] me pede – e conversamos aqui, a bancada – para, em primeiro lugar, reconhecer a sua postura [do senador Alcolumbre] à frente da Presidência desta sessão e, em nome desse reconhecimento, dizer que o PDT retira o destaque solicitado.

“Quanto à questão da bancada, nós alteramos para liberar a bancada.

“Há o reconhecimento de que boa parte das demandas das empresas públicas... Nós somos ardorosos defensores de empresas públicas – não empresas públicas ineficientes, mas nós acreditamos que pode haver e há certamente muitas empresas públicas que trabalham com eficiência. O problema do saneamento básico no Brasil é um problema de financiamento, e certamente a meta de universalizar – e universalizar significa atender às grandes cidades e atender às pequenas cidades – não será atingida se não houver um maciço investimento público.

“Não será o investimento privado capaz de universalizar o saneamento, compreendidos aí o abastecimento de água e principalmente o desafio que nós temos que é o esgotamento sanitário. Esse é certamente o grande desafio que o nosso País tem.

“Acho que o caminho para isso



foi dado por V. Exa., Presidente, que se comprometeu. É em nome desse compromisso também que nós abrimos mão desse destaque. Nós esperamos que muito brevemente essa questão volte a ser discutida e que a gente possa incluir nela a participação do financiamento público. E eu já ousaria dizer que o caminho para isso é na tarifa social. Sem um subsídio, nós não daremos aos pobres a possibilidade de ter acesso à água e ao esgotamento sanitário, e, sem uma participação mais efetiva do Governo Federal no apoio às empresas, quer sejam elas públicas ou privadas, para financiar os subsídios ao saneamento básico, certamente nós viraremos séculos sem que se resolva essa questão. O próprio número para a universalização já aponta isso: são R\$700 bilhões! É humanamente impossível que isso se faça sem que haja um grande esforço coletivo.

“Então, Presidente, homenageando V. Exa., reconhecendo o trabalho do Senador Tasso Jereissati, que atendeu já lá no primeiro momento – e, na Câmara, houve mais uma rodada disso – a apelo das empresas públicas do Ceará, que é 100% atendido por empresas públicas, quer seja ela empresa estadual, quer seja serviços autônomos municipais, o PDT muda a orientação para liberar a bancada – essa é uma deferência e um respeito que o Senador Weverton tem com as demais composições.

“Estou retirando, em nome do Senador Weverton, combinado com ele, o destaque para que a gente possa resumir, abreviar essa votação, com o compromisso de que oportunamente discutiremos o aprofundamento do financiamento da questão do saneamento básico. “Muito obrigado, Sr. Presidente.”

Essa foi a intervenção do senador Cid Gomes, liberando a bancada do PDT. Antes, a posição era contra o projeto. Logo veremos o que mudou no projeto, para que o senador e a liderança do PDT mudassem a sua posição.

A citação é longa, mas, nesse caso, necessária.

Cid resume a questão: o principal para resolver a questão do saneamento no Brasil – isto é, para universalizá-lo – são as empresas públicas e o investimento/financiamento público.

O projeto não toca – e não toca – na questão do financiamento.

Quando às empresas, é admissível que empresas privadas atuem na área de serviços de saneamento básico?

Por que não?

A existência de empresas públicas – ou, até, o reconhecimento de que elas têm um papel preponderante em algum setor – elimina o espaço para as empresas privadas?

Desde quando?

O caso da Petrobrás, desde sua fundação, é mais do que eloquente, sobre essa questão.

Formulando o problema sob um ângulo ligeiramente diferente: a atuação do setor público, necessariamente, terá que ser através de empresas públicas, em toda a cadeia do saneamento básico?

Se nunca foi assim nem na extração de petróleo, mesmo na vigência plena do monopólio público do petróleo, por que teria que ser assim no fornecimento de água e no tratamento de esgotos?

Existe, aqui, uma confusão.

Há quem somente conceba, como empresa privada, o monopólio privado – as Odebrechts e assemelhadas – e o monopólio



Favela do Mandela, Manguinhos, Rio de Janeiro (foto: Tomaz Silva/Agência Brasil)

mente, não há dogmatismo da nossa parte, da nossa bancada em relação a esse tema. Mas, a nossa avaliação é de que este debate deveria ocorrer um pouco mais para frente, no sistema normal de deliberação, tempo em que estaríamos no pós-pandemia, quando se apresentaria o cenário claro de que marco regulatório nós vamos precisar para garantir que vamos ter a universalização do saneamento básico. Não há divergência sobre a necessidade nem sobre o papel do investimento privado, é só o momento, o tempo e a hora da discussão, que é fundamental e às vezes pode ser determinante para o bom resultado de um projeto dessa envergadura se materializar e se viabilizar.”

(...)

**SENADOR ROGÉRIO CARVALHO** (PT-SE): ... “Então, eu entendo o momento. V. Exa. [Alcolumbre] tem tocado, com muita eficiência e com muita competência, os trabalhos no Senado e nós não vamos... Nós vamos retirar o destaque, mas eu queria pedir a V. Exa. que pudéssemos apreciar, em um momento próximo, um projeto que faça algumas melhorias nesse projeto, nesse marco regulatório, e que contemple a todos os setores para que a gente proteja o capital público, o patrimônio público, mas, acima de tudo, que a gente garanta que o serviço vai ser prestado para todos os brasileiros.

(...)

“Portanto, em homenagem a V. Exa., estamos retirando o destaque” (grifos nossos).

## HISTÓRIA

A posição do líder do PT, portanto, foi a de facilitar a aprovação do projeto. O fato de que o PT votou “não” ao projeto, é, portanto, inteiramente secundário – aliás, não tem importância alguma, exceto, talvez, como encenação. É evidente que, levado à votação, ele seria aprovado, depois que o PSB, o PDT e o PT retiraram os destaques, exatamente para apressar essa votação.

E, realmente, se em geral o PT não tem condições político-morais de esbravejar contra privatizações, menos ainda na questão do saneamento, em que, não somente a presença de empresas privadas, mas a **especulação financeira**, foi introduzida, na legislação sobre saneamento básico, pelo governo Lula:

“A União poderá instituir e orientar a execução de programas de incentivo à execução de projetos de interesse social na área de saneamento básico com participação de investidores privados, mediante operações estruturadas de financiamentos realizados com recursos de fundos privados de investimento, de capitalização ou de previdência complementar, em condições compatíveis com a natureza essencial dos serviços públicos de saneamento básico” (cf. **Lei nº 11.445/2007**, artigo 50, § 2º).

Na época, houve quem chamasse a atenção para os interesses da Brookfield, por trás dessa redação, devido à proximidade de alguns dirigentes petistas com o grupo canadense (o então presidente da Vale, Murilo Ferreira, depois de um encontro com Dilma, em que comunicou que sua empresa estava vendendo sua subsidiária de logística para a Brookfield, declarou: “Relatei tudo para a presidenta Dilma. Ela ficou extremamente feliz e entusiasmada. É uma sinalização inequívoca do que se tem de oportunidades no Brasil no segmento de infraestrutura”).

Dilma estava comemorando a desnacionalização de uma empresa brasileira para a Brookfield...)

Logo, a declaração do líder do PT no Senado foi coerente com a política real do PT, **quando está no governo**.

A reação posterior ao voto do senador Cid Gomes foi, entretanto, coerente com a política do PT, **quando está fora do governo**.

Nessas horas, qualquer coisa serve, a Lula e ao PT, para tentar obter hegemonia, às custas de difamar a posição das outras forças políticas.

Em especial, difamar a posição das forças progressistas.

Nisso, haja falta de limites. Não foi assim na década de 80, desde a luta contra a ditadura até o favorecimento da eleição de Collor?

A história pode não se repetir – exceto em forma de comédia.

Mas existe quem não tenha aprendido, ainda, tal lição.

financeiro externo (daí as menções à Brookfield, a antiga Brascan, que foi proprietária da Light antes do governo Geisel, também conhecida como “polvo canadense”).

Mas essas não são as únicas empresas privadas possíveis.

Aliás, para que o Brasil se desenvolva, não podem ser desse tipo – isto é, empresas monopolistas – as empresas dominantes no país.

Pelo contrário, uma revolução nacional – uma transformação que supere as relações de dependência do país com as metrópoles imperialistas, sobretudo com os monopólios e cartéis norte-americanos, para liberar as imensas forças produtivas que estão hoje manietadas – implica e implicará, necessariamente, **inevitavelmente**, em um crescimento do peso das empresas nacionais **privadas** não monopolistas.

Por que, então, não pode haver espaço para as empresas nacionais na área de saneamento básico?

O que isso tem a ver com “privatização da água”?

A comparação, feita por alguns, com as concessões da lei do petróleo, em que o óleo pertence a União apenas enquanto está debaixo da terra, é falsa.

Pois, o que está errado, nesse caso, não é a admissão, em si, de empresas privadas, mas o fato de que o Estado, a União, fica com muito pouco do petróleo que lhe pertence, isto é, com muito pouco do valor do seu próprio petróleo.

Além disso, e mais importante, na área do petróleo, a Petrobrás existe – e é uma das maiores empresas do mundo.

Mas não existe, na área do saneamento, uma “Saneamentobrás”, que seja comparável à Petrobrás na área do petróleo.

O problema, portanto, é outro – ou tem características diferentes, específicas. Para sua análise e resolução, em nada contribuem as comparações de abacaxis com rodas de velocípedes, que nos perdoem, pelo mau jeito, os que fizeram essas comparações.

A expressão “privatização da água” remete a uma discussão de duas décadas atrás, quando o governo Fernando Henrique propôs a atual Lei das Águas (Lei nº 9.433/1997), que deu origem à Agência Nacional de Águas (ANA).

O Código de Águas, decretado pelo presidente Getúlio Vargas em 1934 (Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934), considerou a água, em geral, um “bem comum”, ou seja, sem valor de mercado, já que é um bem essencial à vida – portanto, todos devem ter direito a usufruí-lo.

A água, portanto, é um bem da natureza – e não uma mercadoria.

A lei de 1997 alterou esse conceito na legislação, ao introduzir um inciso, em seu primeiro artigo, que diz: “a água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico” (cf. Lei nº 9.433/1997, Art. 1º, inciso II).

Até então, o que tinha “valor econômico” (isto é, preço, expresso nas tarifas públicas) era o serviço de tratamento e distribuição da água – e a canalização e tratamento dos esgotos.

Com a lei de 1997, a própria água foi declarada “recurso (...) dotado de valor econômico”.

Mas como as bacias hidrográficas – isto é, os rios – pertencem à União, os “direitos de uso” da água (na prática, a posse da água) dependem, desde então, de outorga pelo poder público.

Não nos estenderemos, aqui, sobre essa questão, **pois isso não estava sendo discutido – e não foi discutido – na questão do marco regulatório do saneamento básico**.

Apenas apontamos que levantar essa expressão (“pri-

vatização da água”), como espantalho na questão do marco regulatório do saneamento básico, é fugir do assunto que realmente estava em pauta.

Para que fugir do assunto?

Há dois motivos possíveis:

a) Quando não se tem argumentação contra alguma coisa, mas não se quer reconhecer que esse é o caso.

b) Quando se quer estigmatizar alguém, sem respeitar a verdade, sem levar em conta a verdadeira posição do outro, apenas porque convém a alguns subalternos interesses políticos.

## O NACIONAL E A EMPRESA PRIVADA

Pois a questão que se discute – e se esconde, atrás de muita fumaça – é: um nacionalista podia (e pode) votar a favor de um projeto que prevê a atuação de empresas privadas na área de saneamento básico?

É claro que pode – e até deve, pois o espaço para o desenvolvimento da empresa **privada** nacional é parte essencial do nacionalismo, vale dizer, da revolução nacional.

O que um nacionalista não pode – sob pena de deixar de ser nacionalista – é permitir que setores essenciais para o país e sua população sejam sufocados pelo monopólio privado, que sempre acaba, em país como o nosso, desembocando no monopólio financeiro externo, com suas gravíssimas consequências em atraso, sofrimento humano, espoliação, pilhagem e parasitismo.

Essa é a questão. Então, considerando-a, era isso o que estava em jogo no projeto de marco regulatório, votado pelo Senado, na forma do relatório do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)? Não, não era.

Já veremos as características do que foi aprovado – e do que **não foi** aprovado.

## O ACORDO NO SENADO

A que o senador Cid Gomes se referia, quando falou no trabalho do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), e do relator do projeto, Tasso Jereissati (PSDB-CE)?

As negociações com o governo, que redundaram na modificação do projeto, com o compromisso de veto a três dispositivos da Medida Provisória original (MP nº 868/2019).

A principal modificação estabelecida pelo projeto aprovado no Senado é a possibilidade de **contratos de concessão** na área de saneamento.

Pela legislação anterior, só eram possíveis **contratos de programa** – os “contratos de gestão” do governo Fernando Henrique, rebatizados pelo governo Lula -, sem licitação (cf. Lei nº 11.107/2005 e Decreto nº 6.017/2007).

O projeto aprovado substituiu os “contratos de programa” por contratos de concessão, mas não rompe os contratos de programa atuais. Estes podem ser renovados por até 30 anos (artigo 16 do projeto aprovado).

O prazo de renovação dos atuais contratos de programa é o mesmo dos novos contratos de concessão – com a meta de universalizar o saneamento básico (99% das casas com água encanada e tratada e 90% das casas com esgotos canalizados e tratados) até 2033.

Entretanto, a íntegra da medida provisória de Bolsonaro – e seu “projeto de conversão em lei” – não foi aceita pelo Senado.

O relator, senador Tasso Je-

reissati, recusou o dispositivo, inserido pelo governo, que determinava “em caso de alienação de controle acionário de empresa pública ou sociedade de economia mista prestadora de serviços públicos de saneamento básico, os contratos de programa ou de concessão em execução poderão ser substituídos por novos contratos de concessão (...) **dispensada anuência prévia da alienação pelos entes públicos que formalizaram o contrato de programa**” (artigo 14, § 1º).

Se permanecesse esse dispositivo, a concessão para uma empresa **privatizada** poderia ser realizada sem a permissão do município ou do Estado – que são os “entes públicos” definidos, pelo projeto aprovado, como “titulares” (isto é, responsáveis pelos serviços públicos de saneamento básico).

Criado o impasse com a recusa do relator a incluir esse dispositivo, o governo se comprometeu, na negociação com Jereissati e Alcolumbre, a vetá-lo, para permitir a votação pelo Senado.

Com isso, a anuência dos municípios torna-se obrigatória para a transformação de “contratos de programa” em “contratos de concessão”.

O outro veto imposto pelo relator foi em relação ao reembolso dos “empreendedores imobiliários” **por obras sem relação com o empreendimento contratado**, isto é, obras feitas na expectativa de que o saneamento básico seja implantado em uma determinada parte de um município, mas sem ter como objetivo essa implantação.

Corretamente, Jereissati apontou que isso seria “interpretado como enriquecimento sem causa dos loteadores, pois se beneficiariam, de maneira irrazoável, da valorização imobiliária decorrente da chegada da conexão da concessionária de serviços de saneamento sem arcar com os custos”.

O governo também – como anunciou seu líder no Senado, Fernando Bezerra Coelho – aceitou vetar esse dispositivo, para superar o impasse que impedia a votação do projeto.

O terceiro veto, proposto pelo senador Major Olimpio, e aceito igualmente pelo governo, foi em relação ao lixo (segundo Major Olimpio, no artigo 20 do projeto original, “alguns que sempre ganharam e continuam a ganhar milhões com a desgraça e a doença da população acabaram colocando em cativeiro os resíduos sólidos, o lixo com os tais contratos de programa”).

Essas modificações determinaram a mudança de posição do PDT, mas também do PSB – e, o leitor pode se espantar, **também do PT**.

## O VOTO DO PT

Como notou o senador Cid Gomes (v. acima), o projeto não aborda o financiamento dos serviços de saneamento básico. Apenas institui uma moldura institucional para o oferecimento desses serviços.

Isso era tão evidente que o próprio PT retirou seus destaques para facilitar a votação. Literalmente:

**O SR. PRESIDENTE** (Davi Alcolumbre/DEM-AP): “Como vota o Líder do PT, Senador Rogério Carvalho?”

**SENADOR ROGÉRIO CARVALHO** (PT-SE). Para orientar a bancada: “Presidente, primeiro eu quero fazer um esclarecimento. “Eu sou a favor de um marco regulatório do saneamento, não me oponho ao investimento privado na área de saneamento; muito pelo contrário, acho que o investimento público e o investimento privado precisam acontecer simultanea-